

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

ELAINE LOPES

**MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL: A HISTÓRIA DE
MARIA FIRMINA DOS REIS**

PONTA GROSSA

2022

ELAINE LOPES

**HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL: A
HISTÓRIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Ensino de História,
no Programa de Pós-Graduação em Ensino de
História - PROFHISTÓRIA.

Orientadora: Dr^a. Angela Ribeiro Ferreira

PONTA GROSSA

2022

L864 Lopes, Elaine
 Mulheres negras no ensino de História do Brasil: A história de Maria Firmina
 dos Reis. / Elaine Lopes. Ponta Grossa, 2022.
 105 f.

 Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de
 Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientadora: Profa. Dra. Angela Ribeiro Ferreira.

 1. Ensino de História. 2. Mulheres Negras. 3. História do Brasil. 4. Feminismo
 negro. I. Ferreira, Angela Ribeiro. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Ensino de História. III.T.

CDD: 907.2



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



TERMO DE APROVAÇÃO

ELAINE LOPES

Título do Trabalho:

**MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL: A HISTÓRIA
DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 07 de dezembro de 2021, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Angela Ribeiro Ferreira (UEPG -
Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Christiane Marques Szesz – (UEPG -)

Prof^a. Dr^a. Lúcia Helena Oliveira Silva (UNESP-
Assis)

Ponta Grossa, 07 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai Hélio Lopes e minha mãe Vera Andrade, pela criação e por me permitirem crescer com expectativas de melhorar de vida através da educação, por sempre me incentivarem e me apoiarem em minhas decisões, nem que isso seja fazer uma mudança maluca para outra cidade. Agradeço à minha avó Clarice e minhas tias Célia e Lillian que sempre torceram pelo meu sucesso e sempre me ajudaram em momentos complicados da vida. Agradeço aos meus irmãos Gabriel e Adriano por sempre estarem ao meu lado nas horas que eu mais precisava de apoio e de puxões de orelha, às vezes. Obrigada Virginia, Vanessa e Branco por serem meus amigos a mais de 20 anos e por sempre apoiarem minha vida acadêmica. E por falar em vida acadêmica, obrigada à Luciane, minha amiga e colega de trabalho e do mestrado ProfHistória, pessoa que sempre me espelhei por ser uma profissional exemplar.

Não posso deixar de agradecer às professoras Christiane Marques Szesz e Lucia Helena Oliveira Silva, que contribuíram na construção teórica de minha dissertação, foram extremamente queridas na hora de sugerir conceitos ou modificações para a melhoria de minha escrita. Obrigada também à professora Angela Ribeiro Ferreira que teve paciência e muito respeito ao tema que escolhi para defender, e por toda a contribuição para o meu trabalho e compreensão nas horas mais complicadas da pandemia e todas as suas consequências psicológicas.

Obrigada às mulheres negras que vieram antes de mim, por me mostrarem o caminho para a luta pela igualdade e emancipação das mulheres negras nessa sociedade hipócrita que nos julga e discrimina por todas as nossas ações.

RESUMO

Durante muito tempo, no ensino escolar de História, mulheres e homens negros foram retratados apenas como “escravos” e, nas temáticas após a abolição da escravidão a população negra desaparece da narrativa histórica escolar. A partir da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena, o negro começou a ter alguma visibilidade no ensino de História. Este trabalho de pesquisa identificou e selecionou a história de Maria Firmina dos Reis, ativista abolicionista para problematizar e fortalecer a construção da identidade de mulheres negras e a defesa de direitos. Para a pesquisa foram utilizadas como fonte a bibliografia sobre o tema, que são biografias já escritas sobre a autora e uma coletânea de suas obras. O objetivo é produzir e disponibilizar uma proposta de material para o trabalho com história e protagonismo de mulheres negras na história do Brasil, com o exemplo da história e produção de Maria Firmina dos Reis. A pesquisa tem como resultado a sistematização de várias informações espalhadas em vários textos sobre a autora e um material didático para o ensino de História que pode contribuir para dar visibilidade e representatividade às mulheres negras na História ensinada. A metodologia utilizada é o estudo da História através da biografia de Maria Firmina dos Reis foi a mulher negra escolhida para o material didático. O material didático tem por objetivo incluir as mulheres negras protagonistas no ensino de História do Brasil, para abranger a diversidade da sala de aula e formar o respeito, essencial em uma sociedade democrática, com cidadãos que combatam preconceitos, violências e discriminação racial e sexual.

Palavras-chave: Ensino de História. Mulheres Negras. História do Brasil. Feminismo Negro.

ABSTRACT

In a long time, school history teaching, black people were retracted only as “slaves” and in the themes after the abolition of slavery, they disappeared from the school's historical narratives. After the Laws No. 10.639/03 and No. 11.645/08, that requires the teaching of Afro-Brazilian and Indigenous history, black people began to have some visibility in the teaching of History. This research selected the story of Maria Firmina dos Reis, an abolitionist activist who helped to reinforce the construction of black women's identity and the defense of their rights. For this research, Maria Firmina's bibliography and some of her works already written, were used as important sources. The objective is to produce and make available a proposal of material for the work with the history and protagonism of black women in the history of Brazil, bringing Maria Firmina dos Reis' life as example. The research results in the systematization of various texts about the author and a didactic material for the teaching of history that can contribute to giving visibility and representation to black women in the history. The methodology used in this research was the study of history through Maria Firmina dos Reis' biography, a black woman who was chosen for this teaching material. The didactic material aims to include black women protagonists in the teaching of Brazilian History, to involve the diversity of the classroom and build respect, essential in a democratic society, with citizens who fight against prejudice, violence, racial and sexual discrimination.

Keywords: History Teaching. Black Women. History of Brazil. Black Feminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Busto de Maria Firmina dos Reis	67
Figura 2 - Busto de Maria Firmina dos Reis	75
Figura 3 - Marielle Franco	77
Figura 4 - Laudelina de Campo Melo	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	14
HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL	14
1.1 REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	15
1.1.1 Movimento Feminista.....	16
1.1.2 Movimento Negro Brasileiro.....	21
1.1.3 Movimento Feminista Negro.....	25
1.2 HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL	31
1.2.1 Mulheres Negras na Historiografia	37
1.3 A HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	46
CAPÍTULO 2 - BIOGRAFIAS DE MULHERES NEGRAS NA HISTÓRIA DO BRASIL	54
1.3 O ESTUDO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DE BIOGRAFIAS.....	54
1.4 CENÁRIO ABOLICIONISTA NO BRASIL.....	57
1.5 MULHERES PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA DO BRASIL	61
1.5.1 Maria Firmina dos Reis.....	62
CAPÍTULO 3 - O MATERIAL DIDÁTICO: HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS NA HISTÓRIA DO BRASIL	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXO A - LIVRO DIDÁTICO: BIOGRAFIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS	90

INTRODUÇÃO

Eu cresci em um bairro pobre da cidade de Ponta Grossa no Paraná, mesmo sendo um bairro pobre eu era uma das poucas crianças negras que viviam ali, e sempre ouvia das mães de outros colegas que “não era para brincar com esses negrinhos”. Eu estudei na escola pública municipal do bairro, em que a presença de negros e negras também era baixo, nesse cenário eu sempre ouvia coisas desagradáveis sobre a minha aparência, principalmente sobre meu cabelo. Lembro que quando eu tinha uns 8 anos, cheguei em casa e perguntei para minha mãe, se ela e minha avó materna, ambas brancas, realmente gostavam de mim, pois na escola haviam falado que brancos não gostavam de negros, foi nesse dia que entendi o que era preconceito.

Depois disso, minha trajetória sempre foi em busca de conhecimento, sempre incentivada por minha mãe, sabia que a educação poderia mudar a minha situação de vida, sempre estudei em escola pública, bem como me formei na graduação em universidade pública, sempre acreditei, acredito e a defendo. Hoje em dia, trabalhando em escola pública a 10 anos, percebi que a discriminação continua acontecendo, em várias vertentes da vida social, mas a população negra continua sendo alvo mais constante dessa discriminação e da miopia das políticas estatais. Diante disso, acredito que existe necessidade de se discutir sobre o papel do ensino de História na construção da identidade de meninos e meninas negras que estão na rede pública de ensino.

Eu percebia que o ensino de História era, na maioria do tempo, eurocêntrico, e o resultado de uma História de superioridade de um povo é que outros serão oprimidos e estereotipados. Os negros sofrem com preconceito, racismo, discriminação e marginalização até hoje por conta desse discurso eurocêntrico e racista, que é alimentado em nosso país. A escola deve buscar sempre a superação desses preconceitos que geram a discriminação.

Através de mobilizações sociais, especialmente dos movimentos negros, alcançamos algumas conquistas, dentre elas as leis 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e a 11.645, de 10 março de 2008 que tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Com essas leis a população negra começou a ter mais visibilidade no ensino de História, porém de maneira ainda muito tímida, como demonstram alguns estudos sobre os negros nos livros didáticos, que serão analisados mais à frente.

A escravidão marcou a História do Brasil, portanto, é o tema mais sensível e problemático, ainda hoje, da História do país e é necessário que seja enfrentado e trabalhado no ensino de História. Carmem Zeli de Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio (p. 140, 2018) apresentam uma definição do que é o trabalho com temas sensíveis:

O que é uma questão sensível? Mével e Tutiaux-Guillon (2013) dizem que as escolhas didáticas são escolhas políticas e que a liberdade do professor é a de fazer escolhas. Os autores indicam que, desde a década de 1990, o debate nomeia os temas sensíveis como: 'questões quentes', 'sensíveis' ou 'difíceis', 'vivas' ou 'controversas', 'socialmente vivas'. Em outro texto, Tutiaux-Guillon define questão sensível como aquela carregada de emoções, politicamente sensível, intelectualmente complexa e importante para o presente e o futuro em comum. Geralmente, implica o confronto de valores e interesses e pode ser, para um grupo, um constrangimento na tomada de decisões. (GIL; EUGENIO, 2018, p. 142).

Os Africanos foram escravizados no Brasil Colônia, foram usados como a principal mão de obra durante quase 400 anos. Entretanto, durante o período de escravidão sempre existiu resistência, homens e mulheres escravizados quebravam ferramentas, queimavam lavouras, e fugiam e criavam os Quilombos, que pode ser considerada umas das formas mais fortes de resistência à escravidão. Podemos dizer, portanto, que a escravidão negra e mais ainda, a escravidão das mulheres negras, é o tema mais sensível para ser tratado na sala de aula das escolas brasileiras, porque implica discutir preconceito, racismo, desigualdade, exploração.

Os livros didáticos de História retratam com frequência Zumbi dos Palmares como o grande líder dos negros, que morreu lutando para defender seu povo, foi alçado à categoria de herói nacional em 21 de março de 1997, compondo o panteão dos heróis, um reconhecimento importante como símbolo da resistência à escravidão no Brasil, mas ele não lutou sozinho, e isso não é contado. Se no ensino de História os homens negros já são pouco retratados, as mulheres negras são retratadas ainda menos e apenas na escravidão.

A História não contada das mulheres negras desde o Brasil colonial até os dias de hoje, a falta de representatividade e a importância dos movimentos sociais para a introdução de questões raciais, sexuais e de classe, são algumas das diferenças que devem ser levadas em conta quando envolvem reivindicações referentes às vidas de mulheres negras. Outro elemento importante é a teoria feminista negra e a conquista de espaços, na sociedade e nas universidades, por essas mulheres negras militantes. E, finalmente, o papel da escola e do ensino de História em abordar o tema nas

escolas para que as mulheres negras possam ser representadas na História mostrando seu protagonismo e a importância da sua participação na História do Brasil.

Se existem documentos e leis que determinam o ensino de História e cultura afro-brasileira, a mulher negra deve possuir espaço no ensino de História do Brasil, para dar representatividade a essa parcela da população. A proposta desse trabalho é dar visibilidade às mulheres negras protagonistas através das suas biografias, na narrativa da História do Brasil, no ensino de história.

Porém, essas biografias não estão organizadas em trabalhos acadêmicos ou livros, e não estão agrupados para que possam ser utilizados dentro da sala de aula, com atividades críticas para possibilitar que os alunos compreendam o prejuízo que o preconceito e a discriminação causam em nossa sociedade, sempre buscando o respeito às diferenças.

Conhecendo as biografias de mulheres negras conseguiremos dar visibilidade ao protagonismo delas, contribuindo para a representatividade e reconhecimento da identidade negra. Como resultado da pesquisa sobre o protagonismo das mulheres negras e suas biografias, este trabalho elaborou um material didático, para auxiliar professoras e professores, que visa dar visibilidade às mulheres negras no ensino de História do Brasil e contribuir para a formação da identidade negra de meninas e mulheres.

Para a produção do material didático foi pesquisada a trajetória de Maria Firmina dos Reis disponível em sites na internet e/ou livros, artigos, na própria obra da autora. O objetivo é elaborar um texto biográfico para possibilitar o trabalho em sala de aula e dar subsídios para que professoras e professores consigam inserir esse tema nas discussões sobre a História do Brasil. A principal fonte para pesquisar sobre as suas obras foi Úrsula e outras obras, da série Prazer de Ler, da Edições Câmara e Cidadania, que é uma coletânea de obras da primeira autora negra, mesmo entre os homens, no Brasil.

Foram selecionadas informações relevantes sobre a trajetória de Maria Firmina, elementos que contribuam para entender que ela, assim como outras personagens na história do Brasil, é sujeito histórico e contribuiu de várias maneiras para a sociedade brasileira através de seu protagonismo. No início da pesquisa, a intenção era trabalhar com várias mulheres negras em diferentes períodos da História do Brasil, mas diante das dificuldades em se trabalhar com um recorte temporal amplo e fazer a contextualização das ações de diferentes mulheres, optamos, após a qualificação, por

trabalhar especificamente com Maria Firmina, considerada a primeira escritora negra no país, ainda no século XIX.

As mulheres, ainda hoje, continuam passando por dificuldades sociais e lutando pelos seus direitos e seu espaço na sociedade. A escolha desse recorte do século XIX ocorreu para que os alunos e, principalmente a parcela de alunas e alunos negros consigam identificar que o protagonismo de mulheres negras sempre ocorreu e que apenas não são inseridas na História narrada no ensino escolar de História do Brasil.

Para a análise dessas trajetórias foi levado em conta que não existe apenas uma forma de se conceber a história dessas mulheres, não é a pretensão desse trabalho esgotar a discussão sobre a história de Maria Firmina dos Reis e suas contribuições, mas partiremos do princípio de que a história dela e o contexto em que está inserida podem ajudar a pensar outras histórias, de outras mulheres negras. Por isso há a necessidade de analisar a dinâmica dos grupos em que estavam inseridas. Schwarcz (2013, p. 50), afirma que é preciso sempre situar o agente em seu grupo e no contexto social em que se encontra inserido, observar o indivíduo em relação ao grupo em seus diversos campos sociais.

Sem renunciar a importância histórica desses sujeitos temos que entender o contexto em que Maria Firmina estava inserida, pois o contexto social e político determina ações, que por sua vez influenciaram a História e quando trabalhado em sala de aula, pode contribuir para a construção do conhecimento histórico crítico. Outra perspectiva sobre a confecção de biografias é a não obrigatoriedade de se trabalhar com nomes conhecidos, ou grandes heróis, mas personagens mais obscuros, menores, subalternos, mas que ajudam à sua maneira, a iluminar experiências sociais de época. (SCHWARCZ, 2013, p. 53)

A mulher negra selecionada para esta pesquisa foi Maria Firmina dos Reis, mulher pioneira, que rompeu barreiras, lutou pelo fim do sistema escravagista, pelo fim de desigualdades, resistente, defensora da ampliação de direitos para as mulheres, igualdade e respeito. Protagonistas sociais, lutando para abrir caminhos em um “mundo que sempre pertenceu aos machos”, para usar a expressão de Simone de Beauvoir (2016, p. 95). Quando as mulheres negras conquistaram espaços, contribuíram para que outras mulheres conquistassem espaços também, mulheres que podem contribuir para que as alunas negras aceitem e valorizem sua identidade entendendo que elas também podem ser protagonistas das suas Histórias.

A partir da biografia de Maria Firmina, foi confeccionado um material didático, com a história, as lutas e as conquistas dessa protagonista. Nesse material teremos

imagens ilustrativas e atividades reflexivas que podem contribuir para uma sociedade mais igualitária para que as mulheres conquistem cada vez mais o seu lugar na sociedade brasileira.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre a mulher na sociedade e na Historiografia, com ênfase na história das mulheres negras, no século XIX. Tentamos entender a sociedade patriarcal e a emergência de um movimento que pudesse retirar a mulher da condição de submissão e opressão. Para isso analisamos o início dos movimentos feministas e suas conquistas, o movimento negro e a luta por igualdade, com uma reflexão sobre a falta de representatividade de mulheres negras dentro desses movimentos e a emergência de um movimento que incluísse as questões raciais e sexuais.

Vamos discutir sobre a falta de representatividade e a importância dos movimentos sociais para a introdução de questões raciais, sexuais e de classe, diferenças que devem ser levadas em conta quando envolvem reivindicações referentes às vidas de mulheres negras. A interseccionalidade está ligada as opressões sofridas pelas mulheres negras, que são de diversas vertentes, mas ligadas a uma matriz global de dominação, que está enraizada na mentalidade e no comportamento de um grande grupo de pessoas, fazendo com que algumas opressões sejam naturalizadas, como se não houvesse discriminação.

Portanto, incluir a história das mulheres negras no ensino de História é essencial para a construção de conhecimento sobre a nossa ancestralidade, para subsidiar a população negra a se reconhecer e a lutar por seus direitos e por igualdade, a cultura de dominação é um projeto que precisa da autonegação da cultura negra, o ensino de História precisa mostrá-la e valorizá-la, para que tenhamos cada vez mais reconhecimento e aceitação de nossa cultura e identidade. (HOOKS, 2019).

A importância da teoria feminista negra se percebe através da conquista de espaços na sociedade e nas academias por essas mulheres negras militantes. E a importância de o ensino de História abordar esse tema nas escolas para que as mulheres negras possam ser representadas na História mostrando seu protagonismo e a importância da sua participação na História do Brasil.

O segundo capítulo trata da história de Maria Firmina dos Reis, personagem escolhida para este trabalho. A partir do levantamento de informações em fontes e bibliografia, foi sistematizada uma breve biografia de Maria Firmina dos Reis.

O terceiro capítulo se constitui da parte propositiva da dissertação, é o material didático elaborado a partir da biografia construída no capítulo dois, com atividades e

reflexões sobre os temas das lutas de Maria Firmina e de outras mulheres negras ao longo do tempo.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL

A História sempre estudou os feitos da humanidade, as descobertas, revoluções, conflitos, civilizações, fatos e feitos do HOMEM, visto que nas concepções tradicionais de história as mulheres não participavam e não contavam a História, pois se construiu uma narrativa em que a categoria homem já contemplava toda a humanidade.

As mulheres precisam escrever sobre si para que elas sejam representadas do seu ponto de vista. Quando apenas os homens escrevem sobre mulheres podem reafirmar a construção de uma imagem, de uma representação das mulheres, que pode ser distorcida e não expressar o que sentimos, pensamos ou desejamos, acentuar a ideia de submissão e padrões que devem ser seguidos para que sejamos aceitas na sociedade patriarcal.

Por isso os movimentos de mulheres, desde o início reivindicou a escrita de si ou, como diz o título de um dos livros de Margareth Rago (2013), “A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade”.

Durante muito tempo a Historiografia estudou apenas ações de homens, pois essas eram consideradas normas, exemplo e padrão sociais. A mulher não era analisada, pois pertencia ao espaço doméstico que não era considerado importante por não gerar riqueza que o sistema capitalista espera. As mulheres brancas não podiam sair do espaço doméstico e as mulheres negras trabalhavam nesses mesmos espaços, ou seja, nas casas das mulheres brancas. Se as mulheres não geram riqueza não possuem lugar na História, são silenciadas e não tem importância para o sistema capitalista opressor que está em vigor.

A Historiografia Positivista considerava como fonte histórica apenas documentos oficiais do Estado, onde a mulher quase não aparece, ou se aparece, está como coadjuvante. Somente com a História Cultural que novos temas começam a se inserir no campo de pesquisa histórica e grupos sociais que antes eram ignorados passam a ser objeto de estudo. E com a ampliação dos movimentos sociais de mulheres, ao longo do século XX, as mulheres ingressaram tanto na escrita da história como figuraram como personagens das histórias escritas.

A História não pode ser apenas uma sequência de fatos contada aleatoriamente, a Escola de Annales passou a se interessar por pessoas que relatam a História, ampliando os horizontes da pesquisa histórica, com novos temas, análise de grupos sociais distintos e a utilização de novas fontes históricas. A partir da década

de 1920, ampliam-se os campos de pesquisa, verificando a necessidade de analisar a sociedade para além do viés político e econômico, surgem novas questões, novas fontes, métodos e uma nova forma de escrita da História. Após a criação da Revista de Annales existe a ruptura com a escola metódica, contrários a História factual, então a categoria Mulher foi incluída como possibilidade de pesquisa. Um dos temas que passou a ser possível de investigar foi o questionamento do seu papel na sociedade, seus direitos e a desigualdade que a sociedade patriarcal impunha às mulheres perante os homens. (PAULE; JABINET, 2003, p. 116).

As feministas acadêmicas denunciavam as desigualdades dentro das universidades, onde o que era considerado importante para ser estudado, pesquisado e ser divulgado era escolhido por homens, portanto, a História das Mulheres e das Mulheres Negras era deixada de lado. As mulheres ficaram excluídas da Historiografia durante muito tempo e quando não se tem representatividade são apagadas da História e da sociedade sem direitos e sem espaço social e teórico.

1.1 REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

A História das Mulheres ganhou um novo fôlego após a consolidação dos movimentos feministas na década de 1960. No Brasil as mulheres conquistaram um campo de pesquisa a partir 1970, em um momento em que se discutia que “mulher” não era uma categoria homogênea. Sendo assim, precisávamos considerar os diferentes fatores que constroem as múltiplas identidades femininas, como classe, raça e sexualidade, portanto precisávamos falar de mulheres, no plural.

A ampliação das pesquisas tendo as Mulheres como objeto de estudo acompanharam as campanhas feministas para melhoria das condições da vida dessa categoria e para desconstruir papéis e normas que foram estabelecidos em nossa sociedade. Se por um lado identificamos que as questões de dominação e inferiorização das mulheres são construídas socialmente, por outro, ficou evidente que elas podiam ser reconstruídas de uma maneira mais igualitária.

As mulheres passaram a ser estudadas pela Historiografia, mas ainda são pouco estudadas nas escolas. A escola tem um papel essencial na organização, transformação, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, portanto é na escola que a produção do conhecimento passa a ser desmistificado e as

representações negativas da população negra podem ser discutidas de forma mais aprofundada e superadas. (ANDRADE, 2018, p. 79).

Pensar que o racismo será superado parece um sonho distante em uma sociedade em que a população negra é alvo de ataques físicos e verbais, perdem a vida apenas pela cor de sua pele, portanto o papel da escola é discutir esse tema sensível da escravidão, da discriminação, e todas as consequências sofridas pela população negra até hoje no Brasil, em especial as mulheres negras, que lutaram e ainda lutam por condições de humanidade.

Nos próximos tópicos serão detalhados os movimentos feministas, negros e feministas negros bem como seus conceitos e conquistas. Como esses movimentos sociais contribuíram para que a História das mulheres ganhasse lugar e visibilidade, analisar a inalterabilidade do feminismo branco e do movimento negro diante das reivindicações das mulheres negras e da necessidade de um olhar interseccional. Ainda teremos a análise sobre as mulheres negras na Historiografia e no ensino de História.

1.1.1 Movimento Feminista

O movimento feminista pode ser rapidamente definido como a luta por igualdade, direitos e liberdade das mulheres. Um movimento político e intelectual que busca conquistar suas reivindicações através de organização e militância. As feministas sempre souberam que era importante uma tomada de consciência, ou seja, o reconhecimento que vivemos em uma sociedade patriarcal, onde as mulheres são inferiorizadas e dominadas por um sistema opressor que cria e consolida regras sociais que tornam as mulheres submissas aos homens. (GARCIA, 2015). É essa consciência que coloca as mulheres num papel de agente, como afirma Michele Perrot:

Foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena política, que deu forma a suas aspirações, voz ao seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia. (PERROT, p. 162, 2019).

Os movimentos feministas que surgiram durante o século XX não queriam oposição ao homem, nas palavras de Bell Hooks “o feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. (HOOKS, 2019, p. 13). A autora quer deixar claro que o movimento não é anti-homem mas sim antissexista. As

mulheres estavam lutando contra a opressão do patriarcado, que supõe que as mulheres são inferiores aos homens e, portanto, deveriam ser controladas por homens.

É importante falar sobre o patriarcado para entender como esse sistema domina e mantém as mulheres na esfera doméstica, sem participação no sistema de produção monetária, na política, nas relações sexuais e reprodutivas, ditando como deve ser a vida das mulheres, como se não tivéssemos escolha. As mulheres foram excluídas do processo de trabalho, estruturalmente não possuíam um espaço social fora de casa, apenas os homens estavam no espaço de produção, então ele é importante, inferiorizando as mulheres e colocando-as em um lugar de submissão.

As sociedades vivem amparadas pelo sistema patriarcal, onde a família deve obediência ao pai, chefe de família.

Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. (PERROT, 2019, p. 17).

Nesse sistema as mulheres precisam obedecer ao pai, depois ao marido, não participam das decisões, da política, além de ser considerada incapaz em vários aspectos da vida, especialmente o político. Diante desse cenário o feminismo se tornou cada vez mais necessário.

Era uma exigência social que nós mulheres, fossemos exploradas e oprimidas, mesmo que para isso os homens precisassem usar a violência para manter o sistema em vigor (HOOKS, 2019, p. 14).

Mas, o movimento feminista surgiu vinculado a uma determinada classe social e as reivindicações não diziam respeito às demandas de todas as mulheres, fossem brancas ou negras, pobres ou ricas, trabalhadoras, donas de casa ou estudantes, etc. Mesmo com toda essa luta em andamento, existiam mulheres que não estavam sendo representadas nesses movimentos, o movimento não nasceu plural. Foi dessas contradições que surgiu¹ o movimento feminista negro na década de 1970 aqui no Brasil.

¹ O Movimento Feminista Negro organizado surgiu na década de 1970, embora muitos grupos de ajuda mútua entre mulheres negras, as irmandades e outras formas de organização já existissem há muito tempo no Brasil. Um exemplo é o sindicato das domésticas criado por Laudelina de Campos Melo e outras trabalhadoras, em 1936, na cidade de Santos.

As primeiras definições de movimento feminista, assim no singular, mostram apenas a contraposição homem X mulher, uma maneira simplista de diferenciar os sexos masculino e feminino, sem considerar toda a complexidade dos seres humanos e suas relações sociais. No final da década de 1970 e na década de 1980, pesquisadoras que se dedicavam ao tema e que militavam no movimento feminista, começaram a incluir em seus estudos, além dos sexos, a posição social, a raça e a cultura, que, no entendimento delas influenciam na construção social dos gêneros. É o caso dos textos produzidos por Lélia Gonzalez a partir de 1979 falando da mulher negra na sociedade brasileira (RIOS; LIMA, 2020); ou da obra “Mulheres, raça e classe” da estadunidense Angela Davis que foi publicada em 1981 (DAVIS, 2016).

Num primeiro momento o movimento feminista era dividido em “ondas”, o que foi superada devido a complexibilidade que se identificou dentro do movimento. A partir dessas mudanças teóricas passaram a analisar as experiências femininas que geram tensões sociais e que devem ser superadas.

A perspectiva da longa duração histórica e dos tempos múltiplos expõe processos sociais ocultados por clássicos conceitos. Isso muda a percepção binária anterior: abordagens temáticas dos sistemas de poder e dominação tradicionais como que se dissolvem. A noção de feminismo move-se, pois. Novos debates irão distinguir formas associativas organizadas sob notáveis contradições. Mulheres que outrora se juntavam, tornavam-se, também, por suas muitas diferenças, susceptíveis de separação. Descubram-se quão desiguais poderiam ser nas suas relações sociais, nos seus vários modos de vida e em suas causas. (COLLING, 2019, p. 524).

As feministas começaram a observar que não estava sendo suficiente diferenciar homem X mulher, que todas as relações possuíam desigualdades e que várias mulheres continuavam a sofrer opressão, a academia começou a se expressar de diferentes formas para denunciar a necessidade de abrir o leque de possibilidades com relação aos estudos dos feminismos e que essa luta é política e plural devido as diferentes realidades enfrentadas pelas mulheres.

Ainda que a tradicional oposição homem X mulher tenha permanecido como um ponto de convergência das diferentes formas de associação e, mesmo que ainda consorciasse mulheres diferentes e desiguais em torno dessa persistente causa comum, a tendência intelectual que se firma e avança, agora, se assentará e se deslocará para um novo patamar de consciência política. Daí revisões de teorias e práticas voltadas para a igualdade/diferença política, social e econômica entre sexos iguais e diferentes, amplamente disseminadas por toda a parte. [...] Conceitos do feminismo como movimento unificado serão revistos nas diferentes ciências das áreas humanas e sociais. [...] reconhece a pluralidade das organizações de mulheres em luta por causas as mais diversas. (COLLING, 2019, p. 522).

As mulheres se organizaram para denunciar violências sofridas pelas relações de poder impostas na sociedade, onde o homem é o opressor e a mulher submissa. Mas o movimento era de certa forma universal, o que não contemplava as várias realidades que existiam dentro do movimento feminista. Lélia Gonzalez fala sobre a hierarquização que existe na sociedade, mas chama a atenção para o lugar que foi destinado às mulheres, determinado pelas classes sociais mais altas em um sistema patriarcal e racista, sistema que beneficia de várias formas a população branca, deixando os negros de fora da produção econômica, sem acesso a riqueza, sendo inferiorizados e vistos como incapazes de conquistar algo na sociedade. (GONZALEZ, 1984, p. 225).

As feministas do final do século XIX começaram a lutar pelo direito ao voto, as mulheres começaram a se organizar em vários países para garantir esse direito, mais tarde esse movimento ficou conhecido como sufragista e devido a sua expressividade esse momento ficou conhecido com a primeira onda dos movimentos feministas. A chamada primeira onda começou a questionar a passividade da mulher “do lar”, de papéis estabelecidos para homens e mulheres e a não participação da mulher nas áreas intelectuais e política. (RAGO, 1996, p. 31).

No Brasil, no início do século XX, Maria Lacerda e Bertha Lutz² fundam a Liga para Emancipação da Mulher, pois acreditavam que a educação traria emancipação financeira o que iria contribuir para uma nova postura diante dos homens. (MACEDO, 2003, p. 94). A Liga contava com pessoas da alta burguesia, portanto conseguiu visibilidade e ajudou na conquista de alguns direitos que dependiam da aprovação de políticos, o voto, por exemplo.

No final da década de 1920 a Liga se transformou em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, responsável pelo I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, sua grande conquista foi o voto feminino em de 1932, colocando as mulheres no espaço público e político.

Margareth Rago faz um panorama da sociedade brasileira quarenta anos após essa primeira onda feminista.

Quarenta anos depois do arrefecimento das duas ideias feminista, após a conquista do direito ao voto, da vitória dos padrões normativos de sexualidade e da cristalização da ideologia da domesticidade, assistimos,

² Maria Lacerda foi professora, anarquista, feminista, mas não deixou de criticar o movimento feminista por não contemplar as negras e pobres, acreditando que o movimento deveria defender a igualdade. Bertha Lutz foi um nome chave na luta pelos direitos das mulheres tendo lutado pelo voto feminino e pela emancipação da mulher no Brasil.

desde o final dos anos sessenta, à emergência de uma crítica radical, teórica e prática, ao modelo de feminilidade e de família vigentes.

A industrialização e modernização das ideias promovidas pela ditadura militar, nos anos setenta, desestabilizou os vínculos tradicionais estabelecidos entre indivíduos e grupos, abalando crenças e comportamentos estruturados havia muitas décadas. A família nuclear sofreu uma profunda transformação, na medida em que as mulheres entraram massivamente no mercado de trabalho e voltaram a proclamar o direito à cidadania, denunciando as múltiplas formas de dominação patriarcal. Os homossexuais masculinos e femininos organizaram-se, ao lado de outras "minorias" sociais, e se manifestaram em movimentos políticos que reivindicavam o direito à diferença e questionavam radicalmente os padrões dominantes da masculinidade e da feminilidade. (RAGO, 1996, p. 31).

A segunda onda do feminismo traz a intelectualização das mulheres, que foram incentivadas a estudar e entrar nas universidades e principalmente produzir material intelectual que legitimasse os movimentos feministas. As principais reivindicações estavam ligadas a liberdade sexual, ao papel da mulher determinado pela sociedade patriarcal que destinava as mulheres ficar à sombra dos homens e questionavam as relações de poder que hierarquizam homens e mulheres.

Na década de 1980, as mulheres buscavam ampliar os horizontes de suas reivindicações, e por isso as feministas começaram a entrar no campo conceitual e teórico com problematizações especificamente feministas, nas palavras de Margareth Rago:

Mais do que nunca, as feministas passaram a pensar em si mesmas, sob uma ótica própria, dando visibilidade ao que antes fora escondido e recusado, o que inevitavelmente levou a uma radicalização da potencialidade transformadora da cultura feminina/ista em contato com o mundo masculino. Tratava-se, então, não mais de recusar o universo feminino, mas de incorporá-lo renovadamente na esfera pública, o que se traduziu também por forçar um alargamento e uma democratização da esfera pública masculina. (RAGO, 1996, p. 37).

A educação passou a ser o objetivo de muitas pautas feministas, a partir dos anos iniciais as meninas começaram a estudar, surgiram as escolas mistas, isso possibilitou que meninas e meninos tivessem as mesmas condições de estudo para que pudessem ter as mesmas condições de trabalho ou de acesso ao ensino superior. As pautas feministas ganharam cada vez mais caráter político, as feministas passaram a participar de sindicatos, partidos políticos e movimentos de mulheres que existiam na década de 1970, movimentos que lutavam também pela redemocratização, já que vivíamos a Ditadura Militar no país. Em 1983 foram criados Conselhos Estaduais da Condição Feminina, com o objetivo de elaborar políticas

públicas para suprimir as discriminações sofridas pelas mulheres, bem como defender ou ampliar direitos.

A ampliação das pautas feministas tentava garantir que as mulheres pudessem fazer o que elas quisessem ou precisassem, ampliação da participação política, criação de creches, criação de instituições que contribuíssem com mulheres de diferentes formas, leis que tornam agressões físicas e violência sexual crimes com penas mais severas.

Portanto, os movimentos feministas começaram a se reconhecer como plurais e então desenvolver políticas de igualdade, com base nas diferentes experiências considerando classe social, cor da pele, origens étnicas, orientação sexual, níveis de opressão, levando a luta feminista a um outro patamar com questões cada vez mais específicas e busca por ampliação de direitos.

1.1.2 Movimento Negro Brasileiro

Movimentos sociais são grupos com os mesmos interesses e motivação política, com recursos financeiros ou pessoais, suas ações precisam gerar uma transformação social. As pessoas que fazem parte de movimentos sociais, geralmente, não fazem parte das mesmas classes sociais, o que pode ser positivo, já que políticos, por exemplo, tem poder de criar ou modificar leis favoráveis aos movimentos sociais. (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 78).

Se considerarmos a luta por liberdade das primeiras pessoas negras que foram trazidas para o Brasil Colônia e escravizadas, como um movimento de resistência, então podemos considerar que o movimento negro existe desde o primeiro momento de opressão racial no Brasil, ou seja, as primeiras fugas e os primeiros quilombos organizados, as redes de solidariedade formadas pela população negra, as irmandades e associações de caráter político, foram as primeiras formas de resistência da população escravizada no Brasil. (REIS, 1995, p. 105).

Durante todo o período escravocrata do Brasil, a população negra resistiu à escravidão, mas a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, não trouxe muitas melhorias para a população negra, pois apesar do fim da escravidão a Lei Áurea não garantiu nenhuma forma de reparação e benefícios para a população negra, não receberam indenização, terras ou local para viver, a discriminação contra a população

negra era gritante, portanto, os recém libertos não conseguiam empregos. Este é o texto da Lei³, assinada em 13 de maio de 1888:

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888.

Declara extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brazil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Podemos observar que a lei contém apenas dois parágrafos, apenas extingue a escravidão sem dar condições de igualdade para a população, com isso a organização desse movimento social começou a se intensificar, ganhar espaços e adeptos.

Oficialmente o movimento negro brasileiro surgiu na década de 1930, com a criação da Frente Negra Brasileira, o objetivo do movimento era desmistificar a questão da Democracia Racial elaborada por Gilberto Freyre no livro Casa Grande & Senzala, que pregava que as três “raças” que formaram a sociedade brasileira viviam em harmonia. Mas a luta por igualdade entre negros e brancos não seria tão simples, muitas questões ainda precisavam ser debatidas.

Almicar Araújo Pereira, pesquisador e militante do movimento negro, define movimento da seguinte forma:

Entendo por movimento negro o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais, etc., fazendo da diversidade e pluralidade características desse movimento social. Podemos afirmar, nesse sentido, que existiram movimentos negros no Brasil desde que os primeiros seres

³ BRASIL. Lei Áurea, Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm

humanos escravizados na África chegaram à costa brasileira. (PEREIRA, 2010, p. 236).

Já Lélia Gonzalez fala da importância do movimento negro da seguinte forma:

Quando falamos sobre o movimento negro, estamos nos referindo a um complexo de organizações e instituições herdeiras de um longo processo histórico de resistência pan-africanista e de luta por libertação da comunidade afro-brasileira, sujeita a condições extremas de exploração econômica e opressão racial. E, devido ao fato de enfrentarem o racismo e suas práticas, eles levam às últimas consequências o processo de desmascarar a lógica da dominação capitalista. Por esse motivo, o movimento negro tem potencial revolucionário muito mais rico do que outros movimentos semelhantes que também se propõem lutar por uma sociedade justa e igualitária. (RIOS; LIMA, 2020, p. 71)

A Frente Negra Brasileira foi um marco importante para a luta da população negra no país, depois dela tivemos a criação de várias outras entidades culturais e sociais, como por exemplo o Clube Negro da Cultura Social e a Frente Negra Socialista, importantes na inserção da população negra na sociedade brasileira racista e discriminatória. Na década de 1940 houve uma intensificação dos movimentos intelectuais e políticos que buscavam aprimorar e implantar as reivindicações da comunidade negra. Também foi nessa década que foi criado o movimento Negro Unificado, responsável por grandes conquistas dentro do Estado Novo. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 24).

Foram criados grupos teatrais para a população negra jovem, para unificar a população em sua cultura e identidade. A imprensa Negra também foi importante para dar visibilidade aos problemas enfrentados pela população e para buscar soluções e alternativas para tais.

A Ditadura Militar no Brasil reprimiu muitos movimentos sociais, o que os tornava ainda mais necessários. A população negra não se beneficiou com o milagre econômico e da industrialização, mais uma vez a população negra se sujeitou a empregos mal remunerados e a situação socioeconômica piorou para a população negra e pobre. A crise de desemprego que ocorreu na região sudeste do Brasil contribuiu para o fortalecimento do movimento negro e para espalhar os ideais de igualdade para outras regiões do Brasil. (RIOS; LIMA, 2020, p. 115).

Durante o período de Ditadura Militar no Brasil, o Movimento Negro sofreu retrocesso, pois o governo militar disseminou a ideia de que não existia racismo no país, com isso, os militantes e o movimento negro, começaram a sofrer perseguição

da população e dos militares. (REIS, 1995, p.111). Com a perseguição política o Movimento Negro só conseguiu se reorganizar na década de 1970, porém as manifestações e reivindicações voltaram com força total, e foram vários os exemplos.

A reorganização política da pugna anti-racista apenas aconteceu no final da década de 1970, no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil. Isto não significa que – no interregno de recrudescimento da ditadura – os negros não tenham realizado algumas ações. Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento Soul, depois batizado de Black Rio. Nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976. Entretanto, tais iniciativas, além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado. (REIS, 1995, p. 112).

Depois da década de 1970 o movimento negro passou a lutar também por sua identidade, passaram a buscar estudar sobre a História e culturas africanas, mostrando a história dos ancestrais africanos e buscando a valorização dessa cultura. Nesse viés, verificamos também, a inclusão do dia 20 de novembro como dia de comemoração e reflexão sobre a inserção da população negra na sociedade brasileira, retirando o título de heroína da princesa Isabel que assinou a lei Aurea. (PERERIA, 2010). Essas mudanças só foram possíveis porque o Movimento Negro Unificado conseguiu agregar a luta de grupos e organizações antirracistas do país todo.

As primeiras organizações, grêmios, grupos jornalísticos, entidades que promoveram várias atividades sociais, contribuíram para várias conquistas. Mais tarde o movimento negro se aproximou de partidos políticos e de sindicatos, o caráter de esquerda dentro do movimento ficou mais evidente. Após os anos 2000 surgiram algumas outras mudanças que são consideradas importantes para o movimento negro, como por exemplo a obrigatoriedade do ensino da História e cultura Africana e afro brasileira, com a Lei 10639/2003 assinada pelo Presidente Lula, para focalizar positivamente na cultura do povo negro, contribuindo para a valorização da cultura e História da população negra brasileira. Sensibilizando a população para que o preconceito e a discriminação racial não sejam mais um problema estrutural no Brasil.

Lélia Gonzalez criticava a falta de participação das mulheres negras no movimento negro, e escrevia sobre a necessidade da ampliação da participação das mulheres negras nesse movimento e, principalmente a importância de seus problemas e pautas serem levados à discussão, especialmente a questão racial e de gênero.

É no movimento negro que se encontra espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe. Por outro lado, o movimento feminista ou de mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente 'se esquece' da questão racial, como já dissemos anteriormente. E esse tipo de ato falho, a nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas. (RIOS; LIMA, 2020, p. 102).

O movimento negro surgiu não apenas para buscar igualdade na sociedade brasileira, mas para valorização da cultura negra, cultura africana e afro-brasileira, valorizando a identidade dessa população, buscando espaço na sociedade, lutando contra preconceitos e discriminações que ainda persistem, sempre houve resistência e luta por melhores condições de vida, de trabalho e igualdade de direitos para a população negra, mas essa luta não acabou. O principal objetivo do movimento negro é valorizar a cultura negra, elevando a autoestima da população negra e conseqüentemente resgatar a identidade e o protagonismo dessa parcela da população.

1.1.3 Movimento Feminista Negro

Tanto o movimento feminista quanto o movimento negro conquistaram pautas importantes para a população que representa. Mas o movimento feminista era liderado por "mulheres brancas com poder de classe que declararam serem donas do movimento" (HOOKS, 2019, p. 75), como se as mulheres negras fossem seguidoras das mulheres brancas dentro do movimento, sem representação. O movimento negro era liderado por homens, que eram negros, mas concordavam com a opressão sexual e a hiperssexualização onde as mulheres negras eram consideradas fáceis e mais propensas ao sexo que as mulheres brancas. Lélia Gonzalez crítica e diz que a "mulata brasileira é o produto nacional de mais alta qualidade", o que todos concordamos que é extremamente desrespeitoso. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 36).

[...] hoje, mesmo com todas as mudanças culturais, mulheres afrodescendentes, principalmente as mestiças ou 'mulatas', continuam a ser alvos do estereótipo de as mais sensuais e libidinosas entre as mulheres, perpetuado, principalmente, através da mídia, particularmente a televisão. [...]Essas caracterizações conviveram durante muito tempo com a condição de alegoria da personagem negra, principalmente a feminina, eternizada em papéis subalternos, desvinculada de laços familiares e destituída de história própria. (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 404).

O que podemos observar é que mulheres negras não eram representadas em nenhum dos movimentos, como se elas fossem destinadas a subordinação. As mulheres negras sofriam discriminações que as mulheres brancas jamais conheceram historicamente. Desde o Brasil Colônia mulheres negras e indígenas sofreram abusos sexuais, discriminação racial, além da discriminação de gênero e de classe social, bem como a objetificação do corpo negro e em nenhum dos movimentos essas questões eram questionadas, era cada vez mais necessária a criação de um movimento feminista negro, tratando de questões sexistas, raciais e de classe.

Lélia Gonzalez aponta a importância do feminismo para as conquistas e como a teoria contribuiu para a análise do capitalismo patriarcal e conseguiu revelar as bases materiais e simbólicas da opressão feminina. Porém ela chama atenção para o esquecimento das questões raciais dentro dos movimentos feministas, e diz que esse esquecimento “nos impõem um lugar inferior dentro da sua hierarquia [...] nos nega o direito de ser sujeitos não apenas do nosso próprio discurso, mas de nossa própria história”. Portanto, o movimento feminista não era capaz de entender e analisar as dificuldades que nós mulheres negras sofremos na sociedade brasileira, sendo assim, Lélia Gonzalez, enfatiza a importância de um movimento que contemplasse as questões raciais e a vivência das mulheres negras, o movimento negro feminista. (RIOS; LIMA, 2020, p. 140-141).

As mulheres negras estavam buscando o seu lugar na sociedade, pois quando as brancas conquistaram espaço público com empregos e maiores participação às mulheres negras restaram ainda e somente os trabalhos domésticos, ambiente que foi deixado pelas mulheres brancas.

Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para

avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde. (CARNEIRO, 2014, p. 2).

As mulheres negras precisavam de um movimento antirracista, mas também antissexista, um movimento social que conseguisse dar visibilidade às questões vivenciadas, exclusivamente por mulheres negras.

As mulheres negras estabeleceram seu espaço próprio de luta tanto no movimento feminista quanto no movimento negro, mas ao longo iriam contestar as ações e discursos desses dois organismos ao atentar para a especificidade da experiência histórica das afrodescendentes, no caso do primeiro, e exigir uma agenda que incluísse a dimensão de gênero no trato da questão racial, no caso do segundo, denunciando ainda as atitudes sexistas no interior do grupo. (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 400).

O movimento feminista negro surgiu a partir dos movimentos feminista e negro. As mulheres negras questionavam a ausência de discussões raciais dentro do movimento feminista e a ausência das discussões sobre gênero no movimento negro essas discussões foram possíveis a partir do momento que se constituiu uma identidade racial entre essas mulheres negras que observaram a importância de se discutir temas pertinentes a elas, mas que não era discutido por mais ninguém em nenhum outro movimento social. (MONTEIRO; MÉNDEZ, 2012, p. 86).

As mulheres negras começaram a se mobilizar, essa organização levou essas mulheres a lutarem “contra a violência doméstica ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, a assuntos relativos à saúde, como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras” (MONTEIRO; MÉNDEZ, 2012, p. 88). O movimento feminista negro passou a discutir e identificar medidas eficazes contra a discriminação, dominação e o sexismo em nossa sociedade.

No Brasil, o movimento feminista negro iniciou seus trabalhos em São Paulo, no teatro negro, na década de 1970. Nessa década várias outras entidades negras foram criadas para reflexão sobre a inserção da população negra na sociedade em especial as mulheres negras. Em 1975 celebramos o ano internacional da mulher para combater discriminações, tratar de questões feministas e das questões das mulheres negras. Essa década foi um marco para a autonomia política das mulheres negras. (VIANA, 2010, p. 56).

Na década de 1980, após o II Encontro Feminista Latino-Americano o movimento feminista negro conquistou várias novas integrantes e vários encontros

estaduais e nacionais foram realizados nessa época, mulheres negras entraram no espaço acadêmico e escreveram livros denunciando preconceitos e discriminações sofridas pelas mulheres negras e buscando maior participação política. Nomes como Sueli Carneiro⁴, Lélia Gonzalez⁵ e Luiza Barros⁶ são exemplos da representatividade negra na academia. A autora negra brasileira mais conhecida atualmente é Djamila Ribeiro⁷ que acabou inspirando as novas gerações de feministas e que na atualidade possuem canais digitais disseminando ideias de igualdade e equidade.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. (CARNEIRO, 2014, p. 3).

De acordo com Djamila Ribeiro o feminismo negro “busca uma sociedade onde gênero não seja utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressões”. A autora faz uma análise de acordo com as chamadas ondas do feminismo e, segundo ela a principal representante brasileira da primeira onda do feminismo é Nísia Floresta, educadora e feminista que escreveu livros defendendo os direitos das mulheres. As principais reivindicações estavam relacionadas ao sufrágio feminino e pelo direito ao trabalho sem autorização do marido. (RIBEIRO, 2019, p. 44).

A Segunda onda inicia-se em 1970, as feministas lutam pela anistia de seus filhos e maridos perseguidos e presos pela Ditadura Militar, nesse contexto formaram-se grupos de professoras universitárias combatendo a ditadura, a principal arma dessas mulheres era o jornal Brasil Mulher que circulou até 1980 no Paraná e em São Paulo. Segundo Djamila Ribeiro foi nesse momento que o feminismo negro ganhou

⁴Sueli Carneiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras, onde mais de trinta mulheres são atendidas semanalmente por psicólogos e assistentes sociais.

⁵ Lélia Gonzalez é doutora em Antropologia política e social pela Universidade de São Paulo, ativista e militante das causas negras, foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado em 1978, que foi responsável por vários movimentos em prol da população negra.

⁶ Luiza Barros Foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014.

⁷ Djamila Ribeiro é pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Tornou-se conhecida no país por seu ativismo na Internet, atualmente é colunista do jornal Folha de S. Paulo.

força no Brasil, as primeiras reivindicações foram pelos direitos políticos das mulheres negras. (RIBEIRO, 2019, p. 45).

Na terceira onda do feminismo o grande nome é Judith Butler em 1990. Nesse momento as discussões ficaram em torno da universalização da categoria mulher e a negação de diferentes problemas enfrentados por mulheres de diferentes classes sociais, mesmo sofrendo opressões diferentes, as mulheres começaram a pensar o feminismo de forma mais ampla, discutindo gênero com recortes de classe e raça.

Autoras como Bell Hooks e Angela Davis passaram a denunciar a desigualdade dentro do movimento feminista e reiterar a necessidade de um movimento feminista negro, pois as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar fora sem autorização do marido o que jamais foi uma pauta para as mulheres negras ou pobres que trabalhavam desde muito cedo, portanto, verificou-se a necessidade de um movimento que trouxesse à tona questões de raça e classe social, o movimento feminista negro.

Elas entraram para o movimento apagando e negando a diferença, sem pensar em raça e gênero juntos, mas eliminando raça do cenário. Priorizar gênero significou que mulheres brancas podiam assumir o palco, dizer que o movimento era delas, mesmo ao convocar todas as mulheres para aderir. A visão utópica de sororidade evocada em um movimento feminista que inicialmente não convocava diferença racial ou a luta antirracista séria não captou o pensamento da maioria das mulheres negras/não brancas. (HOOKS, 2019, p. 90).

Angela Davis denunciou a discriminação dentro do movimento feminista, afirmando que as mulheres brancas já haviam conquistado um certo lugar na sociedade por serem consideradas frágeis e com isso precisavam da proteção dos homens, mas as mulheres negras não eram frágeis e não recebiam o respeito dos homens e nem das mulheres brancas, por isso Sojourner Truth⁸ questionou, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, em 1851 “eu não sou uma mulher?” trazendo à tona a desigualdade entre mulheres brancas e não brancas. (DAVIS, 2016, p. 72).

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas

⁸ Sojourner Truth, nascida Isabella Baumfree em 1797 em Nova York, foi uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres.

devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem –quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: 'intelecto'). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele. Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer (TRUTH, apud, RIBEIRO, 2017, p. 22).

Pensar que o racismo e as discriminações serão superados rapidamente soam como um sonho distante em uma sociedade que a população ainda sofre perseguições, e principalmente as mulheres negras ainda buscam espaços de deliberações e lideranças. O Discurso de Sojourner Truth mostra que as mulheres negras estavam batalhando por condições de humanidade, negada a toda a população negra pela hierarquização social. As mulheres negras não possuíam lugar na sociedade, as mulheres brancas eram frágeis e consideradas “rainha do lar”, por isso Truth questiona “eu não sou uma mulher? As mulheres negras não possuíam o reinado do lar.

Angela Davis nos mostra a importância dessas convenções e desses questionamentos para a consolidação do movimento feminista negro nos Estados Unidos:

Ao longo dos anos de 1850, convenções locais e nacionais atraíram números crescentes de mulheres para a campanha por igualdade. Não era um fato incomum Sojourner Truth comparecesse a esses encontros e, apesar da inevitável hostilidade, se levantasse e tomasse a palavra. Ao representar suas irmãs negras-tanto as escravas como as 'livres' -, ela transmitia um espírito de luta à campanha pelos direitos das mulheres. Essa foi a excepcional contribuição histórica de Sojourner Truth. E, caso as mulheres brancas tendessem a esquecer que as mulheres negras não eram menos mulheres do que elas, sua presença e seus discursos serviam como um lembrete constante. As mulheres também obteriam seus direitos. (DAVIS, 2016, p. 73-74).

Na década de 1990 movimentos antirracistas ganharam força internacional com a intervenção da ONU na intenção de sensibilizar a população ao respeito à diversidade. As pautas feministas e antirracistas entraram na Conferência de Direitos Humanos, com o compromisso de realizar discussões sobre o tema. Discussões sobre racismo e sexismo continuam, ainda hoje, se mostrando urgentes, precisamos humanizar as questões dos movimentos sociais, as pessoas precisam entender que os problemas são globais e que todos podemos e devemos nos comprometer por um mundo melhor e mais igual. Portanto, as discussões sobre as mulheres negras devem ser intensificadas para que as conquistas de direitos não parem de ocorrer e a escola e o ensino de História são espaços em que deve ter o compromisso com tais direitos.

1.2 HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

As principais autoras que contam a História das mulheres negras no Brasil começam as discussões no Brasil Colônia escravagista, mulheres negras eram escravizadas, castigadas, oprimidas, abusadas e objetificadas. Maria Odila Dias no texto “Resistir e sobreviver” que está no livro Nova História das mulheres no Brasil (PINSKY; PEDRO, 2012) expõe o cotidiano de mulheres negras no Brasil, fala sobre trabalho, ambiente familiar, matrimônio, religiosidade e sobre a ideia de liberdade para essas mulheres. A autora mostra a resistência e a força de mulheres negras nesse período.

Quando tudo conspirava contra suas vidas, abriram caminhos, combateram preconceitos e afirmaram posições conquistadas. Embora tivessem figurado como mão de obra na economia de exportação do açúcar e do café, o seu papel histórico mais marcante foi na economia de subsistência, nas feiras e no mercado interno de abastecimento das várias e diferentes regiões do país. (DIAS, 2012, p. 379).

Desde o Brasil Colônia as mulheres negras precisaram resistir, lutar para sobreviver e as dificuldades enfrentadas com os senhores de escravos eram muitas, a começar pela travessia do Atlântico que durava cerca de 60 dias, dentro de navios, sem alimentação adequada, sofrendo castigos físicos, quando chegavam ao Brasil estavam debilitados e a morte de mulheres negras nesse processo era maior que a morte de homens negros.

Os trabalhos reservados às mulheres no Brasil Colônia eram em lavouras de cana de açúcar, plantações de café, elas precisavam trabalhar tanto quanto os

homens recebiam castigos corporais da mesma forma, mesmo quando grávidas, pois não paravam de trabalhar por esse motivo, chegando a parir os filhos no local do trabalho. (DIAS, 2012, p. 363).

As mulheres negras sofriam em dobro por conta do patriarcado, eram escravizadas e precisavam trabalhar e serem submissas aos seus “donos” brancos, mas também se sujeitavam aos ciúmes e o sentimento de posse dos seus companheiros negros, sofriam violência física e sexual e até eram mortas pelos seus maridos ou companheiros.

A jornada de trabalho das mulheres negras era maior que a dos homens, pois, assim como hoje, também precisavam cuidar dos filhos e da alimentação da família.

Apesar de serem consideradas incapazes, as escravas se encarregavam de um trabalho bastante árduo, trabalhando durante o dia com os homens, na lavoura, realizando as mesmas tarefas. Além disso, as mulheres assumiam com os filhos e filhas o trabalho de cultivos de gêneros de subsistência. [...] Em geral, as escravas com seus filhos trabalhavam a roça doméstica sem os maridos. Elas também processavam alimentos como o arroz, o milho e a mandioca, manuseando instrumentos como o pilão e o ralador. Cumpriam serões noturnos e eram requisitadas em dias santos. Responsabilizavam-se ainda por cozinhar os alimentos para todos. Todo o trabalho era supervisionado de perto pelas senhoras que cansavam de reclamar da morosidade das escravas na execução das tarefas. (DIAS, 2012, p. 364).

As chamadas “escravas domésticas” trabalhavam nas casas grandes e obtinham conhecimentos culinários, aprendiam a lavar e engomar, trabalhos que contribuíram para que algumas dessas mulheres conseguissem dinheiro para comprar a liberdade. Mas o privilégio de trabalhar com roupas limpas e em uma função menos desfavorecidas gerava um distanciamento entre as mulheres negras, um fator que dificultava ainda mais a situação de escravidão e o não pertencimento a uma cultura em comum, sem o sentimento de união os negros e negras escravizados não conseguiam buscar ou lutar por direitos e igualdade.

Mesmo as mulheres negras libertas viviam em uma sociedade preconceituosa e escravagista, com isso, algumas voltavam a ser escravizadas, eram vendidas ou presas por autoridades que não acreditavam na condição de liberta dessas mulheres. E apesar da abolição da escravidão a condição da população negra não mudou significativamente, pois as mulheres negras estavam sofrendo discriminação por serem mulheres e por serem negras. (DIAS, 2012, p. 379).

No entanto, durante todo o período que houve repressão e escravidão também existiu resistência. As mulheres negras criavam redes de solidariedade, ajudavam mulheres e homens negros a conquistar a liberdade ou alguns outros benefícios que

pudessem amenizar a condição de escravidão. Essas ajudas ficavam registradas em testamentos, como é o caso de Maria da Saúde que libertou várias mulheres negras que eram escravizadas em suas propriedades, deixando quantias em dinheiro para elas e as tornando suas herdeiras, as redes de solidariedade femininas conseguiam fazer com que mulheres negras melhorassem suas condições de vida, visto que as redes de solidariedade e de dependentes eram eminentemente femininas. (REIS, 2012, p. 31).

Um ano após a abolição da escravidão no Brasil, houve a Proclamação da República (15 de novembro de 1889), com projeto de Estado republicano brasileiro, a elite branca do país pretendia modernizar a capital. O Brasil republicano precisava mostrar ao mundo que a partir daquele momento estava civilizado, moderno e branco.

Após a Lei Áurea, a população negra ficou sem local para viver e sem oportunidade de empregos remunerados. Diante desse cenário, a população negra da capital do país, o Rio de Janeiro, se alojou em cortiços no centro da cidade. Esses cortiços, porém, se tornaram alvo da política higienista da elite carioca, pois a população negra passou a ser um “perigo” para a sociedade, segundo as autoridades eram perigosos para a manutenção de ordem pública e de contágio de doenças que se propagavam nos cortiços, tudo isso colocava em risco o plano de civilidade e progresso que a elite ambicionava para o Brasil. No Brasil moderno não existia lugar para a população negra que acaba vivendo cada vez mais a margem da sociedade e iniciando o processo de favelização das cidades.

A concepção higienista é revelada ainda nas grandes construções, avenidas e bairros, que visam à importação de hábitos estrangeiros, como projetos de cidade, como os Campos Elíseos, Higienópolis e Bela Vista, que serão foco de atenção das elites e autoridades. A estética burguesa será objeto de apreciação das camadas sociais variadas, os costumes parisienses serão difundidos pelas camadas privilegiadas como sinal de grandiosidade e bom gosto, em especial nas vestimentas e nas edificações. Um padrão de moralidade burguesa predomina, se aproxima mais do modo de vida europeu e renega o nacional como ‘atrasado socialmente’. Será preciso manter a mente dos pobres distante dos vícios e pensamentos que degeneram o homem e educar as crianças pobres para o trabalho. (OLIVEIRA, 2013, p. 216).

O projeto de branqueamento do Brasil idealizado pela elite branca, pretendia manter os privilégios dos brancos o que provocou preconceito e discriminação. Houve até uma tentativa de colocar a responsabilidade desse “desejo” de branquitude na própria população negra, alegando que misturar as raças tornariam os negros menos negros. Os mestiços recebiam nomenclaturas diferentes como se fosse “amenizar” a

negritude, termos como mulatas ou morenos o que impede que algumas pessoas negras se reconheçam como tal, ou não reconhecem sua própria identidade. O propósito da miscigenação era tornar o Brasil um país branco e, portanto, civilizado e moderno. (BENTO; CORONE, 2002).

A questão do branqueamento da população brasileira e a teoria da democracia racial de Gilberto Freyre em seu livro *Casa grande & Senzala*, contribuíram para a naturalização de preconceitos e discriminações que sofremos na sociedade brasileira até os dias atuais, Lélia Gonzalez menciona essa questão.

Defendendo a política que estimulava a imigração europeia, afirmava que, desse modo, era possível diminuir o 'índice de nigrescência de nossa gente, arianzando nosso povo e caminhando para o refinamento cada vez mais apurado da raça, num processo de classificação.' [...] A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo de miscigenação como expressão mais acabada de nossa 'democracia racial'. (RIOS; LIMA, 2020, p. 33).

Devido ao projeto de modernização do Brasil, a população negra e suas práticas sofreram perseguições, a ideia era anular a cultura e tudo que vinha da população negra, as práticas religiosas, por exemplo, eram consideradas charlatanismo e, continuam a ser discriminadas até os dias de hoje.

Durante o século XX, os trabalhos atribuídos às mulheres negras as desvalorizaram, eram trabalhos que as mulheres brancas jamais se sujeitavam, com isso a própria condição da sociedade patriarcal brasileira impedia que as mulheres negras ocupassem determinados postos de trabalhos reservados apenas às mulheres brancas. Bebel Nepomuceno mostra que as mulheres brancas conquistaram vários direitos, mas que isso não se aplicava a todas as mulheres e que não se pode "caminhar no mesmo passo, com determinadas situações de nítidos privilégios para umas e exclusão para outras." (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 383).

A presença das mulheres negras era e ainda é predominante no trabalho doméstico, com longas jornadas de trabalho, salários baixos, abusos e humilhações. Além dos empregos domésticos as mulheres negras trabalhavam como lavadeiras de roupas e venda de salgados e quitutes feitos por elas mesmas, que também são maioria no mercado de trabalho, ou seja, existem menos mulheres brancas que precisam trabalhar.

Nos trabalhos industriais e domésticos, as mulheres negras estão mais presentes, mas quando o trabalho está ligado ao atendimento ao público esse número inverte e as mulheres brancas são maioria. A discriminação e o preconceito ficam

claros em anúncios de jornais que mostram a exigência de “boa aparência”, as indústrias possuíam o que Bebel Nepomuceno chama de “seletividade racial”, que significava que a candidata não poderia ser negra. Esse quadro contribuiu para o processo de empobrecimento da população negra em todo o Brasil. (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 388).

Para Lélia Gonzalez a industrialização e a urbanização que ocorreram no Brasil no início do século XX, contribuiu para que as mulheres negras perdessem seus lugares na classe operária e nos trabalhos com contato com o público, pois:

De qualquer modo, novas perspectivas se abriram nos setores burocráticos de níveis mais baixos, que se feminizaram. É o caso da prestação de serviços em escritórios, bancos, etc. Mas tais atividades exigem certo nível de escolaridade que a mulher negra não possui. Tal fato criou muito mais motivos para a reafirmação da discriminação, uma vez que o contato com o público exige ‘educação’ e ‘boa aparência’. (RIOS; LIMA, 2020, p. 41).

As mulheres negras sempre vivenciaram jornadas de trabalho mais longas, e mesmo com qualificação, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras são de ordem racista, sexista e de classe social, portanto:

A discriminação racial (além da de gênero) também colabora, e muito, para a precária situação vivida por esse grupo (mulheres negras) na comparação com os demais, sobretudo homens e mulheres brancos. A escolarização, para a mulher negra, ainda não é garantia automática de acesso a postos de trabalho mais valorizados ou s melhores salários. (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 394).

No final do século XX as questões das mulheres negras ganharam maior visibilidade após a Marcha Zumbi⁹, que reuniu em torno de 30 mil pessoas em Brasília em 1995. A marcha reivindicava políticas públicas que garantissem os direitos e igualdade para a população negra. Vários encontros foram realizados e a partir deles muitos trabalhos foram publicados, como por exemplo o livro “Mulher Negra: política governamental da mulher” de Tereza Santos e Soeli Carneiro, de 1985. Infelizmente essas ações não foram suficientes para melhorar as condições de vida dessa população.

Em 2007, por exemplo, constatou-se que a participação da mulher negra no mercado de trabalho caracterizava-se por ‘altas taxas de participação, maiores taxas de desemprego, maior tempo médio de busca de emprego,

⁹Marcha Zumbi dos Palmares – 1995 realizada em Brasília em alusão aos 300 anos da morte de Zumbi. Momento de articulação política ímpar do Movimento Negro.

saída tardia da força de trabalho e menor cobertura previdenciária'. Os dados relativos ao mercado de trabalho tornam evidente que a discriminação sexual fica agravada quando se associa à discriminação racial, mergulhando a mulher negra num ciclo de vulnerabilidade que se caracteriza por baixos salários, jornadas de trabalho maiores e pouca escolaridade e que se estende às gerações mais novas, obrigadas a entrar mais cedo no mercado de trabalho, predominantemente nos serviços domésticos. (PINSKY; PEDRO, 2013, p. 389).

As produções teóricas sobre as mulheres negras aumentaram significativamente após o surgimento e consolidação dos movimentos sociais que tratavam de questões da população negra. Esses movimentos sociais possibilitam que as mulheres negras ocupem espaços na sociedade e, na Historiografia que seguia uma postura parcial e eminentemente excludente, o movimento feminista negro trouxe à tona reivindicações de mulheres negras, denunciando todos os abusos sofridos por elas. Evidenciamos a necessidade de integrar diferentes expressões do feminismo construídas em sociedade multirraciais e pluriculturais, ou seja, integrar questões raciais às questões de gênero. Segundo Carneiro, “o racismo rebaixa o status de gênero”, onde temos homens brancos dominadores, mulheres brancas, homens negros e por fim, na hierarquia social, as mulheres negras. (CARNEIRO, 2003, p. 119.)

Nesse sentido, racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão de gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. A recorrência abusiva, a inflação de mulheres loiras, ou da 'loirização', na televisão brasileira, é um exemplo dessa disparidade.

A diversificação das concepções e práticas políticas que as óticas das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades entre essas mesmas mulheres. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A luta das mulheres negras no século XXI ainda se faz necessária, os cenários de discriminações ainda estão presentes. O assunto deve ser debatido para que a teoria seja aprimorada, para que mais mulheres negras se reconheçam e entrem na luta pela igualdade e em defesa de sua identidade. Precisamos discutir situações de trabalho, maternidade, violência, saúde, educação e como as mulheres negras têm convivido com a discriminação nos diferentes segmentos sociais. A experiência das mulheres negras é diferente dentro desse contexto e o discurso clássico do feminismo e da historiografia não são suficientes para contemplar as mulheres negras, esse tipo de opressão traz prejuízos para a identidade de milhares de mulheres negras em nosso país.

A questão da representatividade é a maior luta atual, representantes negras na política e em cargos de poder para que as políticas públicas de igualdade para as mulheres negras sejam efetivamente implementadas. É importante que as entidades como o movimento negro e o movimento feminista negro pratiquem ações que colaborarem para enegrecer o movimento feminista, que contribuam para que mulheres negras ocupem espaços de poder e ganhem maior visibilidade nas discussões historiográficas.

1.2.1 Mulheres Negras na Historiografia

A Historiografia Estruturalista pensava universalmente, portanto a mulher não era representada nem estudada, se a mulher não era objeto de estudo da Historiografia ela não é estudada na escola, não é protagonista, não participa de decisões importantes, não opina, não conta sua História. A História das mulheres era necessária, a História contada por homens e para homens já era insuficiente para contemplar todas as questões vividas por mulheres e homens que não se enquadravam no padrão branco, hétero, cristão e elitizado. (LOURO, 1995, p. 110).

As mulheres não se sentiam representadas na História, essa parcela da população não é contemplada e não se pode modificar a realidade de alguém invisível e que não se reconhece como sujeito da História. Joan Scott explica que:

A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história. Tem tomado como axiomática a ideia de que o ser humano universal poderia incluir as mulheres e proporcionar evidência e interpretação sobre as várias ações e experiências das mulheres no passado. [...] reivindicar a importância das mulheres na história e seus agentes já estabelecidos como 'verdadeiros', ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais. (SCOTT, 1992, p. 77).

A Historiografia começou a incluir efetivamente as mulheres nos estudos a partir da década de 1960 e no Brasil dez anos depois. As minorias sempre geraram polêmicas ao serem analisadas, com as mulheres isso não seria diferente. Elas nunca eram retratadas como protagonistas, sempre marginalizadas mulheres negras e pobres são simplesmente invisibilizadas na História oficial.

Mas quando as mulheres entraram para a historiografia não foi simples! A questão era como estudar, o que analisar em uma nova categoria diferente dos homens, sem reconhecimento e que nunca apareceram na História,

As mulheres não podem ser adicionadas sem uma remodelação fundamental dos termos, padrões e suposições daquilo que passou para a história objetiva, neutra e universal no passado, porque essa visão da história incluía em sua própria definição de si mesma a exclusão das mulheres. (SCOTT, 1992, p. 90).

O fato é que as mulheres ganharam espaço na Historiografia, mas não mudou o fato de que foram invisibilizadas por muito tempo, portanto não existiam nem fontes para analisar a categoria mulheres. Para haver uma mudança real precisávamos mudar o foco, buscar novos olhares e fontes, nesse sentido o movimento feminista contribuiu para a categoria mulheres como, afirma Guacira L. Louro.

O feminismo permitiu-se rever e inaugurar metodologias e procedimentos de investigação, revalorização da história oral, estudos do cotidiano, registros de experiências, abandono da pretensão de pesquisa desinteressada, proposta de métodos originais (utilizando diários de grupos, conversa, dramatização, genealogias) [...] todos elementos considerados ligados à mulher, entendidos como restritos à esfera doméstica e, portanto, como necessariamente excluídos da esfera pública e das instituições políticas. (LOURO, 1995, p. 109-110).

As transformações da historiografia e o feminismo, a partir da década de 1960, tiveram um papel decisivo para que as mulheres se tornassem objeto de estudo e sujeito da História.

A História se modificou, a Escola dos *Annales* ampliou o leque de fontes, com a História Social passaram a serem relevantes as identidades coletivas, pessoas comuns, operários, camponeses, escravizados, o cotidiano, lutas e resistências, junto a História das Mentalidades e História Cultural reforçam a abordagem do feminino.

Observamos a necessidade de relativizar os métodos e o olhar sobre conceitos teóricos rígidos pluralizam os objetos de investigação histórica, as mulheres ganharam protagonismo e isso contribuiu para que o movimento feminista ganhasse espaço na sociedade. Teve um caminho duplo que fez com que a categoria mulheres fosse notada, e as reivindicações passaram a ganhar sentido enquanto necessidade de uma coletividade, para que os direitos fossem garantidos para todas e todos, não apenas para um grupo privilegiado.

Com toda essa efervescência na historiografia e no movimento feminista, as universidades passaram a pesquisar sobre mulheres de maneira homogênea,

contrapondo a mulher ao homem, mas como já foi dito anteriormente não se pode universalizar as categorias, mulheres ou homens, não são categorias homogêneas, e as mulheres não são apenas diferentes dos homens, essa diferenciação não era suficiente para explicar as categorias. Joan Scott explica que as categorias não são homogêneas, possui múltiplas identidades que precisam ser analisadas no que ela chama de “diferença dentro da diferença”.

A questão das diferenças dentro da diferença trouxe à tona um debate sobre o modo e a conveniência de se articular o gênero como uma categoria de análise. Uma dessas articulações serve-se do trabalho nas ciências sociais sobre os sistemas ou estruturas do gênero; presume uma oposição fixa entre os homens e as mulheres, e identidades (ou papéis) separados para os sexos, que operam consideravelmente em todas as esferas da vida social. Também presume uma correlação direta entre as categorias sociais masculina e feminina e as identidades de sujeito dos homens e das mulheres, e atribui sua variação a outras características sociais estabelecidas, como classe ou raça. (SCOTT, 1992, p. 88).

As primeiras autoras a trabalhar a categoria mulheres iniciaram suas análises a partir de gênero (masculino e feminino) entendendo que não é uma categoria fixa, pois homens e mulheres são resultados do meio social, logo, gênero não se resume a contrapor homens e mulheres. O primeiro desafio é desconstruir a imagem do binário homem x mulher e mostrar que a categoria mulheres é muito mais complexa do que isso.

Lélia Gonzalez, intelectual negra sempre denunciou a discriminação e o preconceito sofridos pela população negra e trabalhou muito para a criação dos movimentos negro e feminista negro no Brasil, sempre buscando igualdade e expondo o preconceito, combatendo o mito da democracia racial presente na sociedade brasileira e que segundo ela dificulta o combate ao preconceito que se torna algo enraizado e naturalizado em nossa cultura, temos que falar sobre o preconceito para nomeá-lo e assim poder combatê-lo. O que dificulta ter acesso a obra de Lélia Gonzalez é o fato dela não ter deixado seus discursos e textos em um livro, contudo ela é uma das principais autoras negras brasileiras e precisa ser conhecida e sua obra também.

A análise sociológica de gênero explica que os papéis atribuídos para os gêneros mudam de acordo com o momento histórico e, esses papéis são entendidos como natural, correto e permanente. O objetivo dessas primeiras teóricas que passaram a estudar gênero como categoria de análise era desnaturalizar estas questões enraizadas que geram machismo e atitudes extremas de dominação sobre

as mulheres. As desconstruções dessas questões de gênero contribuíram para acabar com a normatividade da hierarquização das relações de homens e mulheres, pois a cultura define e estabelece comportamentos para ambos.

O antagonismo homem versus mulher foi um foco central da política e da história, e isso teve vários efeitos: tornou possível uma mobilização política importante e disseminada, ao mesmo tempo que implicitamente afirmava a natureza essencial da oposição binária macho versus fêmea. A ambiguidade da história das mulheres parecia estar resolvida por essa oposição direta entre dois grupos de interesse separadamente constituídos e conflitantes. (SCOTT, 1992, p. 84).

A categoria mulher entrou na Historiografia e provocou novos questionamentos a respeito das relações de gênero, a hierarquia naturalizada entre homens e mulheres, a inferiorização das mulheres e sua submissão exigida. Os novos estudos mostraram a emergência de incluir questões de classe e raça, etnia e sexualidade, enfim, não se pode estudar a categoria mulheres sem entender as relações de poder construídas socialmente, e sem entender a origem dessas mulheres (que podem ser diversas). A partir do momento que se entende a pluralidade da categoria mulheres se pode começar a reivindicar ações diferentes para que todas sejam representadas nas pesquisas e na Historiografia.

Passamos a pensá-los em suas relações. Essa nova perspectiva é importante não apenas porque nos permite perceber melhor os sujeitos excluídos (as mulheres, no caso) e o olhar de outros modos aqueles que eram objeto central de estudos, mas, principalmente, porque nos direciona para as relações, as práticas e as disputas de poder em que eles se envolvem. (LOURO, 1995, p. 126).

Não se pode estudar e teorizar a categoria mulheres como algo universal, pois não existe sujeito humano universal, somos múltiplos, assim como os problemas que as mulheres enfrentam são resultado de diversos fatores, raça, classe e sexualidade. Era preciso denunciar essas diferenças, só assim alguns direitos foram alcançados para garantir a igualdade que o movimento feminista buscava. O movimento feminista contribuiu para que a categoria mulheres ganhasse espaço na historiografia, essas discussões puderam expor para a sociedade que as mulheres eram capazes e que estavam dispostas a buscar seus direitos.

A autora Bell Hooks (2019), no seu livro “O feminismo é para todo mundo, políticas arrebatadoras”, fala sobre a necessidade de se considerar as diferenças de classe e raça até mesmo dentro do movimento feminista, pois segundo ela, as

reivindicações de mulheres brancas da classe média eram poder sair para trabalhar e para estudar, por exemplo, acontece que as mulheres negras já trabalhavam fora a muito tempo, muitas vezes para as próprias mulheres brancas em suas casas, sofrendo com o sistema hierárquico que deixava a mulher negra abaixo das não negras. As mulheres negras sofriam opressão, trabalhavam em más condições e eram mal remuneradas e isso era ignorado pelas mulheres não negras.

Bell Hooks entende que não haveria sororidade entre as mulheres enquanto a questão de classe não fosse confrontada dentro do movimento, porém a autora revela que mesmo assim existiam mulheres brancas dentro do movimento feminista que acreditavam que estavam no comando, derrubando por terra o lema de igualdade do movimento feminista.

Inserir classe na pauta feminista abriu um espaço em que interseções entre classe e raça ficaram aparentes. Dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica. Inicialmente, nos movimentos feministas, mulheres brancas com alto nível de educação e origem nas classes trabalhadoras eram mais visíveis do que mulheres negras de todas as classes. Elas eram minoria dentro do movimento, mas a voz da experiência era delas. [...] Havia conflitos entre elas e suas companheiras privilegiadas sobre o comportamento apropriado, sobre as questões que seriam apresentadas como preocupações feministas fundamentais. (HOOKS, 2019, p. 69).

O movimento feminista se transformou ao longo da História, se no início tínhamos apenas a diferença binária homem x mulher pautando esse movimento hoje o movimento ampliou a temática social, abrangendo questões políticas, étnicas, culturais, sexualidade, classe social e as diferenças que existem dentro da própria categoria mulher. Essas questões denunciam que existem diferenças mesmo dentro do movimento feminista, portanto, não poderíamos ter apenas um bloco feminista, mas sim vários feminismos, contemplando todas as mulheres e suas singularidades e suas causas diversas. (COLLING, 2019).

O movimento feminista contribuiu para que se desenvolvessem pesquisas nessas outras categorias citadas por Hooks, classe, sexo e raça. As mulheres não negras acabavam se mantendo no poder e as mulheres negras sempre ficavam em segundo plano mesmo dentro do movimento feminista. Isso gerava questões divergentes dentro do movimento, já que as mulheres negras não estavam sendo contempladas pelas conquistas das não negras. Com a necessidade de justificar um feminismo negro o campo da historiografia acabou se alargando também.

O Movimento feminista contemplava a categoria mulher universalmente, portanto não atendia as reivindicações de todas as mulheres, então começa a se moldar o Movimento Feminista Negro que contemplava mulheres negras das classes sociais mais baixas. Autoras como Angela Davis e Bell Hooks denunciavam o racismo dentro do próprio movimento feminista e de acordo com Djamila Ribeiro

[...] apesar do gênero nos unir, há outras especificidades que nos separam e afastam. Enquanto as feministas brancas tratam a questão racial como birra e disputa, em vez de reconhecer seus privilégios, o movimento não vai avançar, só reproduzir velhas e conhecidas lógicas de opressão. (RIBEIRO, 2018, p. 53).

O Feminismo Negro ganhou força no Brasil após a Segunda Onda do Feminismo, quando se ampliam as reivindicações das mulheres com relação a igualdade de direitos entre homens e mulheres. As mulheres negras passaram a contestar a ordem racista, classista e sexista, se as mulheres brancas sofriam esses preconceitos na sociedade, as mulheres negras sofriam isso até mesmo no movimento feminista. O principal objetivo do Movimento Feminista Negro é romper com essa estrutura posta em nossa sociedade e conquistar espaço tanto político quanto social. (RIBEIRO, 2018).

Nessa perspectiva temos temas novos a serem abordados: mulheres negras, pobres, trabalhadoras, maternidade, direitos reprodutivos, padrões de beleza, violências entre vários outros. Isso significa que a História das mulheres passou a abordar vários temas depois que os movimentos feministas passaram a questionar as realidades e identidades plurais dessas mulheres, contribuindo cada vez mais para a construção da equidade em nossa sociedade.

O movimento feminista colaborou também para a visibilidade de mulheres notáveis que fizeram a diferença na religião, ciência, cultura e principalmente na política, mostrou que as mulheres podem ter liberdade de escolha, que as mulheres são capazes e que a sociedade patriarcal e machista está ultrapassada, desconstruiu a imagem da mulher sendo o sexo frágil, dócil e submissa.

Outro obstáculo da Historiografia ao estudar a História das mulheres é a questão do público e do privado, pois as mulheres estavam, na maior parte do tempo, confinadas à esfera privada, no trabalho doméstico, no cuidado com os filhos e maridos. As violências e abusos que essas mulheres sofriam também não saíam da esfera privada, não eram denunciadas, se não existissem denúncias não existiam problemas e, portanto, a opressão continuava, essas mulheres invisíveis não

produziam registros, especialmente escritos, sobre suas histórias, pois não eram importantes, não eram sujeitos históricos. Nesse sentido escrever História das mulheres é um ato político para dar voz a quem foi silenciada como explica Michelle Perrot:

As mulheres ficaram durante muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do conhecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal. [...] Porque são pouco vistas, pouco de se fala delas. E esta é uma segunda razão do silêncio: o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente desprezadas. (PERROT, 2016, p. 16-17).

Sem muitas fontes e sem a participação das mulheres no espaço público a Historiografia com o auxílio dos movimentos feministas começa a incentivar as universidades a escrever sobre o tema mulheres, isso faz com que cada vez mais as mulheres procurem movimentos, ligas e associações femininas para reivindicar seus direitos. Acontece que os problemas domésticos de mulheres brancas era a monotonia do lar, enquanto as mulheres negras sofriam opressões que as deixavam sem opções. Segundo Bell Hooks o sexismo restringia o comportamento das mulheres em algumas esferas, como se a mulher realmente não possuísse lugar na esfera pública por não ser capaz de participar desse espaço.

Para escrever sobre a História das mulheres e do movimento feminista negro, além das abordagens de classe e raça, é preciso analisar a formação das identidades desses sujeitos históricos. Para Stuart Hall a própria concepção do que é identidade sofreu transformações no decorrer do século XX, fragmentou-se a identidade de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, ou seja, não existe uma identidade fixa, mas sim, várias identidades que surgem de acordo com que o autor chama de paisagens culturais que também se modificam política e socialmente. (HALL, 2010, p. 43).

Observa-se que os próprios movimentos sociais que surgiram no século XX buscavam uma *identidade* que refletia o momento histórico. Portanto, o movimento feminista buscava o lugar das mulheres na sociedade, mas também buscava a identidade sexual e de gênero, confirmando a noção de múltiplas identidades que podemos criar e recriar na sociedade.

O movimento feminista contribuiu para a formação da identidade e para o entendimento de que existem novas noções de identidade na medida em que traz novos questionamentos sobre a ordem social pré-estabelecida:

- O feminismo teve também uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico.
- Ele questionou a clássica distinção entre o 'dentro' e o 'fora', o 'privado' e o 'público'. O slogan do feminismo era: 'o pessoal é político'.
- Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidades, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc.
- Ele também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividades, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas).
- Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero.
- O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a 'Humanidade', substituindo-a pela questão da diferença sexual. (HALL, 2010, p. 45).

Percebemos que a identidade não pode ser unificada, pois mesmo dentro de uma mesma nação, por exemplo, temos várias dimensões: classe social, de etnia e gênero, sendo assim, a realidade social e a trajetória histórica contribuem para a formação da identidade individual e coletiva de cada pessoa ou grupo social. Stuart Hall afirma que as velhas identidades fixas e unificadas estão em decadência formando novas identidades fragmentadas, no caso dessa pesquisa as identidades seriam de mulher, negra, trabalhadora, mãe ou não, pobre ou rica, o que corrobora com a necessidade de haver um movimento específico para cada um desses segmentos sociais.

As mulheres negras sofriam discriminação dentro do próprio movimento feminista, por isso decidiram que já era hora de criar um movimento que entendesse os problemas que essas mulheres enfrentavam, para poder combatê-los.

As mulheres sentem a necessidade de uma estratégia diferente, um alicerce diferente, muitas vezes se veem marginalizadas e silenciadas. [...] Grupos de mulheres que se sentem excluídas do discurso e da práxis feministas só conseguem abrir um espaço para si se criarem, antes, através da crítica, uma consciência de fatores que as alienam. (HOOKS, 2015, p. 201).

A História das mulheres possui um desafio, o de contemplar as múltiplas identidades das mulheres e conseguir possibilitar a discussão para que a prática política de movimentos feministas atinja todas as realidades de mulheres, de diversas

classes e raças, mulheres até então ignoradas que não conseguem lutar sozinhas devido à opressão e o racismo.

Mulheres negras e pobres sempre se depararam com o racismo na sociedade e dentro do movimento feminista, mesmo após denúncias e discussões não houve muitas mudanças para a realidade dessas mulheres. A partir daí as mulheres negras passaram a observar a necessidade de se criar um movimento feminista negro para tratar de uma luta que mais ninguém estava disposto a travar, buscando políticas libertadoras e coletivas. Se possuímos múltiplas identidades as práticas devem ser, igualmente, diversas para que todas as mulheres sejam contempladas pelas ações dos movimentos feministas, pela escrita da História e na disseminação do conhecimento sobre essas mulheres, para que as mulheres negras da sociedade consigam se sentir representadas e incluídas.

A categoria mulheres enriquece a Historiografia, pois os questionamentos e discussões auxiliam no entendimento que a igualdade entre homens e mulheres é urgente, que as mulheres de qualquer que seja a raça, classe ou orientação sexual possui os mesmos direitos que os homens, com valorização do seu trabalho, com salários iguais para as mesmas funções, com as mesmas oportunidades, com direito de escolher que roupa vai vestir, que horas vai sair na rua, com quem ficar, direito de viver sem sofrer nenhum tipo de violência ou discriminação pelo simples fato de ser MULHER.

Apesar de muitos avanços na pesquisa histórica sobre mulheres, ainda temos muito a fazer, pois a luta por melhores condições de vida, de trabalho, a luta por igualdade e equidade ainda está longe de se encerrar. As mulheres em todos os lugares estão sofrendo abusos e violências, ainda estão morrendo, os efeitos do sexismo são perversos, agravado ainda mais no caso das mulheres negras, isso reafirma a importância da pesquisa histórica nesse campo.

A pesquisa histórica feminista, por um lado, é permeada por um esforço de reavaliação da questão do poder das mulheres com o objetivo de superar o discurso de opressão, subverter o ponto de vista da dominação, apresentando presenças e ações reais, a plenitude de papéis e poderes, enfim, uma imagem positiva da mulher. (AMORIM, 2002, p. 228).

A História das mulheres dá visibilidade para mulheres de todas as classes e raças e todo o problema que a categoria enfrenta, as pesquisas da História das Mulheres não pode deixar de denunciar essa hierarquia injusta e violenta instituída nas sociedades, afinal escrever sobre mulheres traz a legitimidade que precisamos

para nos manter visíveis na História, somente assim conseguiremos desconstruir papéis sociais desiguais.

Parafraçando Perrot, escrever a História das mulheres é sair do silêncio em que estávamos confinadas, ou seja, dar voz às mulheres denuncia os problemas sofridos por elas, que precisam ser enfrentados e combatidos por toda a sociedade.

1.3 A HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História passou por vários momentos com características modificadas e influenciadas por política, economia e as mudanças que ocorreram na historiografia mundial, ditando novas formas de abordagens para pesquisas historiográficas, levando em consideração novas fontes e sujeitos históricos.

Ao analisarmos o ensino de História no Brasil, verificamos que ele sempre esteve a serviço do governo, portanto, servia aos objetivos dos governantes. Percebemos isso, por exemplo, na recém proclamada República sob influência do Positivismo de Comte estampado na Bandeira do Brasil com seu lema “Ordem e Progresso”. Nesse momento a História ensinava os grandes feitos dos grandes heróis e líderes da nação. Justamente por isso, muitos aspectos na nossa História foram invisibilizados: população pobre, negra, escravizada, mulheres e principalmente mulheres negras, essa população não fazia parte da História Oficial do Estado Brasileiro. Isso fica evidente nas pesquisas de Wellington Santana Moraes de Sá (2010), que ao analisar os livros didáticos considerou que a população negra é desvalorizada sendo retratada como um problema social, sem vínculos afetivos, tratados como mercadoria e inferiorizados.

Quando a historiografia passou a utilizar novas fontes e novas visões sobre fontes já existentes, a História vista de baixo, termo cunhado por Edward Thompson em 1966, contribuiu para uma visão diferente sobre populações antes esquecidas, e a entender que todos somos protagonistas da História. A História cultural ganhou espaço. A História mudou o foco, passou a estudar as relações sociais de governo e população e entre a população.

Mas, na história de viés eurocêntrica não aparecia a África, a América, o ensino de História não era abrangente, os pobres não eram representados, visto que era destinado à elite brasileira. Apenas no século XX esses temas começam a ser abordados pela História.

Definitivamente o conceito de história alarga-se para incorporar temas e assuntos antes não valorizados e considerados menores. A própria historiografia brasileira passou por uma releitura: buscou-se a identidade nas diferenças- de espaço, de formação, de organização, de história, de luta e de resistências. (NADAI, 1993, p. 157).

Durante muito tempo no ensino de História mulheres negras e homens negros foram retratados apenas como “escravos”, após a abolição da escravidão esses negros não possuem espaço nem como alunos das escolas e nem como tema da história a ser ensinada, é como se a população negra só existisse com a escravidão, então não existe necessidade de estudar essa população, discutir ou debater sobre seu papel na formação da sociedade brasileira, sua cultura, sua religiosidade.

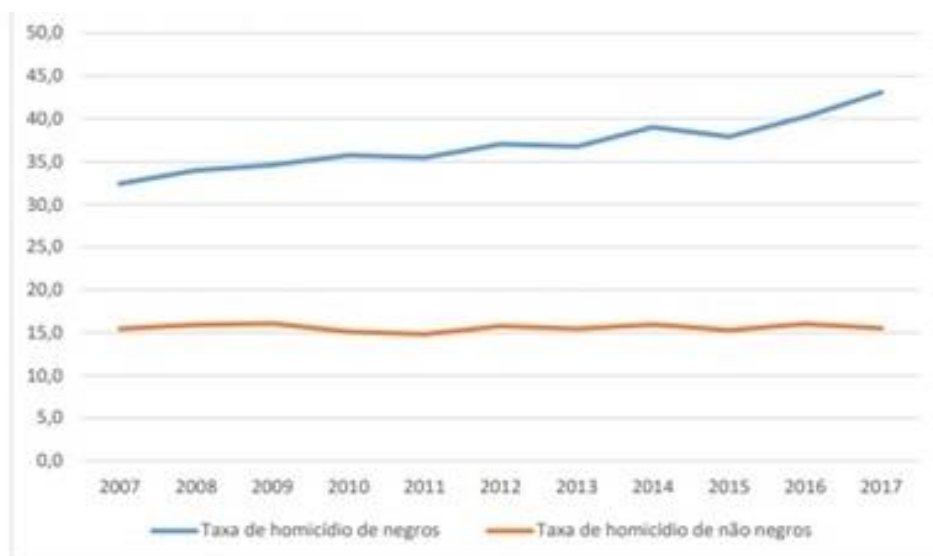
Em 1998 foram lançados no Brasil os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que tinham como proposta os eixos temáticos para que o ensino de História fosse mais crítico e dinâmico, fugindo do ensino cronológico. Já que o ensino de História deve contemplar a diversidade que possuímos dentro de sala de aula, visto que cada aluno vem de uma realidade diferente todas deveriam ser contempladas discutidas e debatidas para a construção de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária.

Os trabalhos com os eixos temáticos permitiam historicizar a realidade do aluno, assim sendo podemos trabalhar para que o aluno se sinta inserido no processo escolar de ensino aprendizagem, estudando temas pertinentes ao seu cotidiano.

Não esgotam todas as alternativas de estudos históricos dos subtemas. Além disso, o professor não deve ter a preocupação de estudar todos os exemplos apresentados. A ideia é que problematize a realidade atual e identifique um ou mais problemas para estudo em dimensões históricas. A partir daí, selecione conteúdo da História brasileira, da História da América, da Europa, da África e do Oriente, e articule-os em uma organização que permita ao aluno questionar, aprofundar, analisar e refletir sobre as amplitudes históricas da realidade atual e como são construídos os processos dinâmicos e contraditórios das relações entre as culturas e os povos. (PCN, História, 1998, p.46).

Observa-se a importância desse tema em nossa sociedade através de dados que mostram que ainda existe discriminação e desigualdade contra a população negra conforme mostram pesquisas realizadas pelo Mapa da Violência de gênero entre os anos de 2007 e 2017. A pesquisa mostra que nesses 10 anos as mortes de pessoas negras cresceram 33,1%, e se analisarmos apenas o último ano o crescimento foi de 7,2%, enquanto as mortes de pessoas não negras tiveram uma redução de 0,3%, conforme o gráfico:

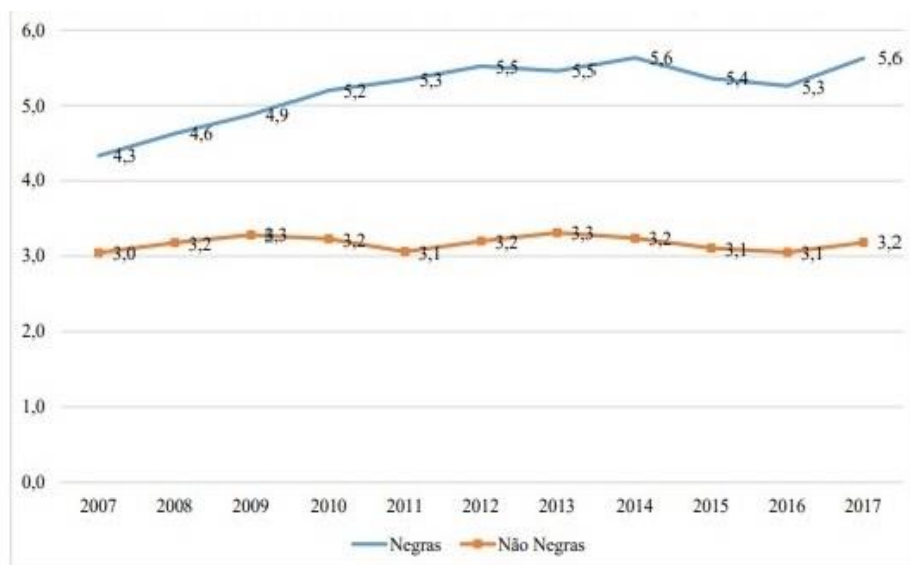
Gráfico 1 – Taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2007-2017)



Fonte: Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: O número de Negros foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o De não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

A pesquisa mostra que a desigualdade racial também pode ser verificada na violência letal contra mulheres negras, no período de 2007 e 2017 a taxa de homicídios de mulheres negras subiu 29,9%, enquanto de mulheres não negras o crescimento foi de 4,5%. Apenas no ano de 2017 a taxa de violência letal contra mulheres negras subiu 66% em relação a mulheres não negras, mostra que existe uma dificuldade do Estado em garantir a universalidade das políticas públicas e a necessidade de se discutir e debater sobre a questão da inserção da população negra em nossa sociedade.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Aqui nós agregamos a classificação de raça/cor do IBGE, onde chamamos de “negras” as somas de pretas e pardas e “não negras” a soma de brancas, amarelas e indígenas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

O Guia Nacional do Livro Didático de 2001, propõe que os livros didáticos escolhidos por professoras e professores da rede pública, levem os alunos a questionar preconceitos que produzem violências. O ensino de História deve permitir discussões críticas pertinentes aos resultados das relações e práticas sociais desiguais que foram estabelecidas entre negros e não negros na sociedade brasileira.

Porém, em uma análise em livros didáticos realizada por Branco (2005), observamos que a História da população negra está relacionada apenas a colonização, trabalho escravo e abolição. Segundo a autora as atividades não levam à questionamentos críticos, portanto acabam por não contribuir para o fim da discriminação e violência contra a população negra.

Ao analisar os livros didáticos a respeito de imagens de mulheres negras, Eliane Goulart Mac Ginity (2015, p. 926), alerta que apenas 10% das imagens são de mulheres, retratadas apenas como expectadoras e nunca protagonistas, tirando da mulher o papel de sujeito histórico. O trabalho de Mac Ginity revela que do total de imagens de mulheres (226), apenas 34 são de mulheres negras, ou seja, 15% de mulheres negras retratadas negativamente: pobres, submissas e subservientes. (MAC GINITY, 2005, 924-929).

Outra questão que ainda afeta as questões raciais na educação é que o ensino de História por muito tempo tentou negar o passado de escravidão, mortes, castigos e humilhações sociais.

O fio condutor do processo histórico centralizou-se, assim, no colonizador português e, depois, no imigrante europeu e nas contribuições paritárias de africanos e indígenas. Daí a ênfase no estudo dos esportes civilizatórios – os legados pela tradição liberal europeia. Desta forma, procurava-se negar a condição de país colonizado bem como as diferenças nas condições de trabalho e de posição face à colonização das diversas etnias. Procurava-se criar uma ideia de nação resultante da colaboração dos europeus, africanos e nativos identificada às similares europeias. A dominação social (interna) do branco colonizador sobre africanos e indígenas bem como a sujeição (externa) do país-colônia à metrópole não foram explicadas. (NADAI, p. 149, 1993).

Procurava-se mostrar uma História onde havia harmonia entre os indígenas, negros e europeus, como já pregou Gilberto Freyre em sua teoria da Democracia Racial, onde teríamos uma nação formada por três “raças” de maneira tranquila e pacífica. Porém, sabemos que essa harmonia social jamais existiu, historiadores passam a analisar as fontes de outras maneiras e passaram a compreender a contribuição de todas essas “raças” na formação do Brasil, de maneira extremamente violenta e opressiva.

O resultante dessa abordagem reproduzida há décadas nos programas de História foi a construção de algumas abstrações, cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal, mascarando as desigualdades sociais, a dominação oligárquica e a ausência da democracia social. Essas abstrações podem ser encontradas em algumas máximas que retratam a linguagem corrente, o Brasil – ‘Nação marcada pela unidade (do território, do Estado, etc) ao contrário da fragmentação espanhola (da América Espanhola), construída por um povo solidário e amante da paz e, por isso, abençoado a pelo Senhor’. (NADAI, 1993, p. 150).

Isso pode ser observado nos livros didáticos elaborados até o início do século XX, obras elaboradas para manter o status quo. Esses livros tinham como principal objetivo vender e não necessariamente se comprometiam com o ensino aprendizagem. Circe Bittencourt aponta que:

A concentração de livro didático eram determinações quase exclusiva do poder político educacional, que procurava, no grupo da elite intelectual, apoio para a produção desse tipo de literatura. Tivemos assim, na geração de intelectuais da produção didática, figuras próximas ao governo, escritores de obras literárias, sobretudo os principais encarregados do “fazer científico” da época. (BITTENCOURT, 2004, p. 482).

Os livros faziam parte do plano do governo do Estado e das elites para manter a população longe da política. O que pode explicar a ausência de temas como escravidão, classes, raça e, entre outros tantos temas, o tema mulheres, por muito

tempo não estudou sobre mulheres, o ensino não era voltado para mulheres, muito menos para mulheres pobres e negras. Como o ensino de História seria válido para meninas e meninos que não viam sua realidade sendo representada nos livros escolares?

Os PCN's que entraram em vigor em 1997 traziam a intenção de discutir questões de gênero e debater os vários temas que a orbitam. O ensino de História passou a discutir questões de gênero entrelaçando com temas como dominação, poder e discriminação. Esses eixos temáticos têm como objetivo possibilitar que os educandos questionem sua realidade, identifiquem os problemas e as possíveis soluções e entendendo que são sujeitos históricos podem modificá-la.

Porém, a partir de 2014 iniciaram as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular, imersa em um moralismo conservador, sendo aprovada em 2017 para o ensino fundamental e em 2018 para o ensino médio. O objetivo central da BNCC é promover a equidade do ensino nas escolas de todo o Brasil, garantindo conhecimentos essenciais e habilidades comuns entre todos os estudantes do país. Nesse documento a sexualidade é citada apenas na disciplina de ciências biológicas para fins de controle de natalidade e de Infecções sexualmente transmissíveis, o tema não é abordado na perspectiva sociocultural. A BNCC acaba silenciando as discussões sobre gênero, que são cruciais para o combate de práticas discriminatórias e redução da violência. (MONTEIRO; MÉNDEZ, 2012, p. 88)

O ensino de História tem a possibilidade de reconstruir ideias e preconceitos de gênero através de discussões sobre respeito e alteridade para que possamos viver em uma sociedade cada vez mais igual e equilibrada. Ao analisarmos gênero entendemos a construção dos papéis de mulheres e homens na sociedade e a relação de dominação entre eles.

Não será mais analisada a mulher isoladamente, mas a partir da construção do masculino e feminino que ocorre cultural e socialmente sobre o dado biológico, para entender a situação e o papel da mulher e do homem em cada sociedade. Com esse novo conceito busca-se superar aquele de papel sexual, ao negar o determinismo biológico, analisando a construção de um gênero na relação com o outro e, assim, constrói um instrumental de análise capaz de explicar como ocorrem as relações de poder no caso preciso das relações de poder no caso das relações entre os gêneros. (LOURENÇO, 2017, p.141).

As relações de gênero são, portanto, uma construção social, simbólica e é elemento básico para a dominação em relações de poder entre mulheres e homens, pensado para manter a ordem social. O ensino de História deve procurar então,

desconstruir a ideia de opostos fixos, ou seja, a ideia que existem papéis pré-definidos para mulheres e homens e que por isso não pode ser mudado.

Uma das possibilidades para analisar como a história das mulheres negras são abordadas no ensino se História é analisar os livros didáticos da educação básica. Por isso apresentamos aqui uma breve análise de duas coleções: “História, Sociedade e cidadania” de Alfredo Boulos Junior, coleção para o ensino médio de 2018, editora FTD. “# Contato História” de Marco Pellegrini, coleção para o ensino médio de 2018, editora Quinteto.

Nessa análise busca-se identificar mulheres negras contempladas nos conteúdos de 1ª, 2ª e 3ª séries no ensino médio de História do Brasil. Quais são as reflexões sobre as mulheres negras presentes nos livros didáticos, se elas são retratadas como protagonistas ou como submissas, se elas são retratadas apenas em época de escravidão ou após a abolição, em que condições essas mulheres são retratadas, enfim de que maneira os autores das coleções didáticas abordam a temática da história das mulheres negras na História do Brasil.

No livro “História, sociedade e cidadania”, da 1ª série, a única referência de mulher negra brasileira é na página 225 que mostra uma mulher descendente de povos da região congo-angolana, mas não traz reflexões sobre porque esses povos possuem descendentes no Brasil ou algo parecido. Os conteúdos de 1ª série geralmente não contemplam História do Brasil, talvez isso justifique a ausência de mulheres negras no livro.

O livro da 2ª série no capítulo 4, que tem como tema Africanos No Brasil: dominação e resistência, traz na primeira página um quadro com fotos de 4 pessoas negras, sendo uma delas a cantora Ludmila, do Rio de Janeiro. Para iniciar o capítulo o autor chama atenção para essas pessoas que são negras e alcançaram reconhecimento e prestígio e busca a reflexão sobre a ancestralidade dessas pessoas negras, ou seja, não busca reflexão sobre o protagonismo dessa mulher negra.

No livro encontramos assuntos e temas a serem trabalhados como a Emancipação política do Brasil, Primeiro reinado, Regências, Segundo Reinado, Abolição e República, ou seja, vários temas relacionados à História do Brasil, as mulheres aparecem retratadas como “escravas” mencionando qual era o papel dessas mulheres, como domésticas, vendedoras ou cozinheiras, traz imagens dessas mulheres, mas sem reflexões sobre o papel da mulher na economia do Brasil Colônia por exemplo.

O volume da 3ª série, da coleção “História, sociedade e cidadania”, não menciona mulheres negras em nenhum momento, o que se pode concluir que as mulheres e homens negros estão presentes no ensino de História do Brasil apenas durante o período colonial e de escravidão, depois disso essa parcela da população é excluída da História do país. Dessa forma como nossas alunas negras vão se sentir representados de maneira positiva no ensino de História se a única forma que são retratadas é na opressão da escravidão.

Na coleção “# Contato História”, nos livros da 1ª e 2ª séries não são citadas mulheres. Encontramos temas como a Expansão e a colonização portuguesa na América, Expansão das fronteiras da colônia, Independência na América e Primeiro Império, mesmo com os temas relacionados à História do Brasil as mulheres não ganham espaço nesses livros.

No volume da 3ª série é citada a Tia Ciata, responsável por uma rede de solidariedade após a abolição da escravidão no Brasil, essas redes contavam com ajudas em dinheiro, alimentos e roupas para a população negra recém liberta, porém, abandonada pelo poder público. A rede contava também com apoio de advogados que buscavam lutar por direitos da população negra.

Tia Ciata viveu no Rio de Janeiro e recebia negras e negras, que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida. Em sua casa, essas pessoas, encontravam ajuda com alimentação, lugar para dormir e podiam praticar a sua cultura livremente, já que sofriam perseguição do governo. O texto reflete sobre a luta dos negros na atualidade, mostrando a luta do movimento negro e uma manifestação do dia da Consciência negra em São Paulo em 2007, ou seja, traz uma reflexão sobre a luta constante de mulheres e homens negros para ganhar respeito e reconhecimento na nossa sociedade desde a época da abolição da escravidão até hoje e mostra uma mulher negra protagonista, que ajudou várias pessoas que sofriam com as injustiças da escravidão.

Porém, mesmo com todas as políticas públicas os números mostram que ainda temos um longo caminho a percorrer no ensino de História, sair dos apêndices e passar a ser considerado um conteúdo básico, para ser associado as questões emergentes do ensino de História, para uma prática educativa mais democrática, representando todas e todos em busca de uma sociedade mais igual.

CAPÍTULO 2

BIOGRAFIAS DE MULHERES NEGRAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

As mulheres negras contribuíram para o fim da escravidão e para a humanização da condição de escravizado. Estudar a biografia dessas mulheres nos ajuda a entender o contexto da escravidão e as lutas e movimentos sociais de pessoas contra a escravidão. Ao estudar a História de mulheres negras, podemos proporcionar aos estudantes o reconhecimento de que são sujeitos históricos que podem transformar a sua realidade, ao entender o que essas mulheres fizeram para uma causa muito maior, a abolição da escravidão e a busca por direitos iguais.

O capítulo pretende contribuir para a construção da identidade de meninas negras de nossas escolas, a partir do uso de biografias de mulheres que foram protagonistas em um momento em que as mulheres negras não possuíam direitos e que a estrutura social apenas oprimia essa parcela da população, mostrando a importância dessas ações para toda a comunidade negra, até os dias atuais.

1.3 O ESTUDO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DE BIOGRAFIAS

Estudar a biografia de indivíduos pode contribuir para entender contextos históricos e momentos de mudanças sociais importantes, portanto a análise das biografias de mulheres negras na História do Brasil pode colaborar para entender a importância da contribuição dessa parcela da população.

É importante entender o contexto histórico em que a personagem vive para entender as decisões, ações contestatórias e a visão de mundo daquele período específico. Através do contexto histórico analisado nas biografias, conseguimos identificar os conflitos sociais, grupos, interesses, estruturas sociais e pessoas que são responsáveis pelas decisões políticas e econômicas, que geralmente explicam as ações das personagens estudadas, e a sua relevância para o estudo da História.

O meio, e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias. Mas o contexto remete, na verdade, duas perspectivas diferentes. Por um lado, a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante. [...] Por outro lado, o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado. (FERREIRA; AMADO, 1989, p. 175-176).

Estudar o contexto histórico em que as personagens viviam é importante, pois as ações individuais sofrem influência da sociedade, essa interação entre indivíduos e a sociedade e as ações desses indivíduos que nos permite identificar a importância dessas pessoas dentro desse contexto histórico. O estudo da História através das biografias pode contar a história de pessoas que não são heróis homens, isto é, podemos contar a história de pessoas que estavam à margem da sociedade, pessoas como as mulheres negras, que sempre foram marginalizadas, portanto devemos discutir mais sobre esse tema.

Ao analisarmos uma biografia não podemos dissociar do contexto coletivo e o protagonismo das personagens estudadas, no caso do Brasil escravocrata em que o racismo e o patriarcado não permitiam que uma mulher negra se posicionasse ou ocupasse determinados lugares na sociedade.

Há um consenso entre os historiadores de que essa forma de história pretendeu dar palavra aos sem vozes, às gentes de baixo, aos oprimidos. Reconheceu a competência própria das testemunhas na capacidade de descrever e, portanto, de explicar os acontecimentos que vivenciaram. Tornou-se um material privilegiado no campo de pesquisa da história do tempo presente. (NASCIMENTO, 2017, p. 06).

Os documentos atuais que norteiam as escolhas e as possibilidades para a construção dos currículos não trazem mais a proposta de se trabalhar com as questões de gênero, a BNCC é um documento conservador, e sem a obrigatoriedade da discussão sobre gênero, as professoras e professores podem escolher trabalhar ou não sobre questões de gênero, bem como de outros grupos sociais que podem ser deixados de lado seja por escolhas individuais ou governamentais.

Após a criação da revista da Escola de *Annales* e a Nova História Cultural, a Historiografia passou a considerar que todas as pessoas são parte da construção histórica, portanto, o ensino de História deve ser próximo ao cotidiano e da experiência dos alunos e alunas das escolas públicas do Brasil. Considerando isso, temos a necessidade de incluir as questões de gênero e nas discussões em sala de aula. Para tanto,

Trabalhar com biografias históricas nas aulas de história a partir de seu perfil atual pode proporcionar processos de educação histórica significativos levando os estudantes a se aperceberem dos diferentes locais de produção do discurso histórico, conduzindo a uma interpretação cruzada e fugindo de uma história que parta de uma única linha discursiva e interpretativa de cunho estruturalista, abrindo assim o leque de possibilidades para uma aprendizagem histórica significativa. Os discentes, através do trabalho com biografias ou

outras formas de histórias de vida, podem ter acesso a meios através dos quais possam organizar experiências históricas por meio de tramas onde as narrativas possibilitem aproxima-los de saberes históricos em sua complexidade e multicausalidade. (GALVÃO, 2018, p. 4).

A proposta de trabalhar com biografias é relativamente nova no campo do ensino de História. Num primeiro momento as biografias utilizadas no ensino eram narrativas de grandes feitos de grandes heróis, enfatizando como deveria ser o comportamento social. Apenas após a década de 1960, as biografias passaram a ser analisadas de forma mais crítica e reflexiva, pode apresentar as relações sociais do indivíduo estudado, com suas atitudes políticas que influenciaram o momento histórico, sob essa perspectiva, novos grupos sociais como os negros, os operários, entre outros as mulheres, deixando de dar atenção apenas aos chamados grandes heróis. (MONTEIRO; MÉNDEZ, 2012, p.8).

A biografia não conta apenas a história de uma pessoa, mas ela nos mostra o contexto em que ela viveu, reconstruem um período histórico que nos permite entender por que as pessoas estudadas se tornaram referência para o estudo de História, pois uma história individual pode nos mostrar uma sociedade inteira.

Após a seleção da biografia o próximo passo é definir como ela será trabalhada. Silva (2009) sugere que a biografia seja utilizada: como introdução a um período histórico selecionado, para iniciar um determinado conteúdo em sala de aula, ou ainda como ilustração do contexto histórico do personagem. Pode-se tomar a biografia para debater determinado contexto histórico na medida em que se trabalha esse contexto. Conhecer e aprender História através de personagens conhecidos (ou não) e associá-los aos contextos históricos é fornecer as ferramentas mais básicas para que eles conheçam e mais além, que se interessem por esses momentos históricos. (LAVEZO, 2020, p. 05).

A biografia deve trazer trajetórias que contribuam para a construção do conhecimento e da problematização de temas sensíveis no ensino de História, como é o caso do preconceito racial, de classe e de gênero e como ele é importante discutir sobre esses assuntos para que as mulheres possam ocupar espaços de poder e de decisões em nossa sociedade, conseqüentemente melhoraria para toda a sociedade, como lembra Angela Davis “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta também”.

Com a terceira geração de *Annales*, a construção das biografias passou por uma renovação e passou a estudar pessoas consideradas comuns, que modificaram condições de opressão e humilhação, como é o caso da escravidão. Isso propõem novos olhares para essas fontes, que se, utilizadas de forma crítica, pode proporcionar

a construção da identidade dos nossos alunos e alunas, principalmente quando falamos da construção da identidade negra que sempre foi inferiorizada na sociedade brasileira.

[...] os biógrafos têm se mostrado mais propensos a indicar os espaços de liberdade do indivíduo frente aos sistemas normativos vigentes, o que transparece na atenção dada às trajetórias de 'desviantes' de todo tipo: heréticos, curandeiros, pensadores utópicos, revolucionários, feministas, etc.; aqueles que vão contra, enfim, as disciplinas e os padrões morais e sociais vigentes. Tal enfoque evidencia a tentativa de entender a história pelas margens e de responder, mesmo que tangencialmente, a uma questão existencial: qual é a nossa possibilidade de individuação, de criatividade, de intervenção no curso dos acontecimentos? (SCHMIDT, 2003, p. 69).

Trabalhar com biografias de mulheres negras que de alguma forma se rebelaram contra um sistema escravista e machista que humilhava e reprimia as mulheres, principalmente as negras, entender a importância das ações de mulheres negras é contribuir para que as estudantes negras possam lutar por igualdade de tratamento em uma sociedade extremamente preconceituosa.

Para produção do material didático analisei e sistematizei a biografia de Maria Firmina dos Reis, a primeira mulher negra a escrever sobre abolicionismo, do ponto de vista das pessoas negras, porém a coleta de dados sobre a personagem não foi fácil, mesmo que o nome da autora esteja em debate no mundo literário, não encontrei muitas informações sobre a vida de Maria Firmina, apenas sobre as suas obras, uma escritora que recebeu reconhecimento e hoje possui várias homenagens, estudos e memoriais. Os sites que possuem história sobre a vida da autora possuem a mesma narrativa, sem informações adicionais, então optei por utilizar o site Geledés¹⁰ que trabalha em prol das mulheres negras, para construir a biografia da autora Maria Firmina dos Reis no material didático, além de livros, artigos, e textos acadêmicos sobre a autora.

1.4 CENÁRIO ABOLICIONISTA NO BRASIL

A partir do momento que a população negra foi retirada de sua terra, começamos a perder: casa, família, língua (visto que aqui no Brasil eram obrigados a

¹⁰ Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira.

falar português), perdiam seus nomes (recebiam outros nomes aqui no Brasil), perdiam a identidade, não conviviam com pessoas da mesma etnia, não criavam novos vínculos, essas perdas eram mais uma forma de dominação.

Capturados e levados em porões dos chamados navios negreiros, em longas viagens, estima-se que as primeiras viagens duravam cerca de 120 dias, com o passar do tempo passam a ser de cerca de 30 dias. Sem nenhum conforto logicamente, eram amontoados nos porões, pois os traficantes retiravam tudo o que podiam para que pudessem colocar o maior número de pessoas nos navios, isso incluía os barris de água, assim recebiam água apenas de 3 em 3 dias. (CHIAVENATO, 1999, p. 42-43).

Esse quadro do tráfico de pessoas ocorreu durante quase quatro séculos, a mão de obra escravizada foi a principal força de produção no Brasil, nesse período de escravidão sempre houve dominação e resistência, nesse momento vamos rever o contexto histórico da escravidão para que possamos entender a força das mulheres negras estudadas e a importância de suas ações perante uma sociedade que desprezava a população negra.

A escravidão no Brasil era legitimada, existiam leis que favoreciam os grandes fazendeiros, leis que existiam para manter a dominação sob a população negra escravizada ou não. A política brasileira tentou, juntamente com a elite, que a abolição da escravidão ocorresse o mais tarde possível. As primeiras leis sobre a escravidão no Brasil, apenas foram aprovadas por pressão da Inglaterra, que já havia iniciado o processo de industrialização e precisava de mercado consumidor.

A resistência dos escravizados passou da fuga e agora estava contestando a condição da escravidão, os parlamentares do partido Liberal conseguem aprovar algumas medidas a favor do fim da escravidão, mas sempre sobre muita pressão dos conservadores, visto que a elite brasileira e o Estado criavam mecanismos que legitimavam ações ao seu favor, mas a política internacional também estava pressionando pelo fim da escravidão, principalmente por parte da Inglaterra, eis os motivos.

No alvorecer daquele século, os ingleses viam na África a possibilidade de produção de produtos primários que abasteceriam sua indústria. O tráfico surgia, então, como um poderoso obstáculo. Ao longo de centenas de anos, os traficantes construíram uma extensa rede de alianças políticas e econômicas com lideranças africanas para abastecer o comércio de escravos no continente. Trocavam armas, tabaco e cachaça por escravos capturados em guerra pelos aliados africanos. Nem a essas lideranças nem aos traficantes interessava que a Inglaterra ampliasse sua influência na região, pois afetaria o negócio tão rentável. Assim, opunham obstáculos aos britânicos, que, por sua vez, passaram a combater vigorosamente o tráfico negreiro. Uma política que objetivava extinguir a demanda, de modo a

desmantelar a rede montada pelos traficantes na África. (DOLHNIKOFF, 2017, p. 110).

A lei que proibia o tráfico negreiro foi aprovada em 1831, mas isso acabou favorecendo a entrada de mais africanos no Brasil, estima-se que na década de 1840 cerca de 4 mil pessoas foram trazidas para serem escravizados, a lei foi ratificada em 1850, por Euzébio de Queiroz, que aumentou a punição aos traficantes. Essa foi a lei que abriu caminho para a abolição da escravidão, mas foi um processo cheio de luta que durou muitos anos, pois os políticos e a elite não aprovariam uma lei contra seus interesses. A lei do ventre livre, (1871) previa que todas as crianças nascidas a partir daquela data estariam livres, mas poderiam ficar sobre os cuidados do senhor até os 8 anos, depois disso era entregue ao governo em troca de uma indenização.

Aos senhores ficava a obrigação de cria-los até os 8 anos, entregando-os depois ao governo e recebendo indenização. Se preferissem, ficariam com os “ingênuos” até os 20 anos, quando os serviços prestados já teriam pago os gastos com seu sustento. Está claro que a Lei do Ventre Livre não livrava ninguém. Mesmo porque, de cada dez crianças negras nascidas, apenas uma sobrevivia. (CHIAVENATO, 1999, p. 113).

A lei foi aprovada, porém não foi eficiente, pois muitos proprietários optaram por ficar com os filhos até os 21 anos e somente depois libertavam os jovens, as crianças eram libertas juridicamente, mas na prática continuavam sendo escravizados, a ideia do parlamento era garantir mais tempo de trabalho escravo e pagamento de indenização para os proprietários, ou seja, a elite e o governo mais uma vez utilizando de acordos para garantir benefícios. Está lei não trouxe liberdade para as crianças, pois de qualquer forma eles ainda eram escravizados, pela tutela do senhor ou do Estado. (DOLHNIKOFF, 2017, p. 120).

O parlamento brasileiro ainda resistiu para aprovar a lei nessas condições, a questão era que os negros e negras começaram a ganhar direitos, e a partir disso, como eles seriam inseridos em uma sociedade que estava tentando se modernizar, e para isso não deveriam existir negros, porque remetia à escravidão.

Mesmo com a Lei do Ventre Livre era comum abortos ou a morte dos recém-nascidos, por vezes as próprias mulheres negras abortavam para que a criança não se tornasse mais um refém do sistema escravagista brasileiro. A vida das pessoas escravizadas era uma rotina de castigos e humilhações, a jornada de trabalho era de 12 a 16 horas diárias, não recebiam alimentação adequada, perdiam mãos nas

moendas de cana de açúcar, morriam sufocados em minas de ouro, ou seja, a expectativa de vida dos escravizados era muito baixa.

A população negra era vigiada e perseguida, sendo livres ou não. Os libertos poderiam voltar a condição de escravizado caso fosse considerado criminoso, era condenado mesmo que fosse inocente. A educação também era proibida à população negra, mesmo aos libretos.

A Lei dos Sexagenários também é um exemplo de como as leis privilegiavam os senhores de escravos, a lei libertava pessoas com mais de 60 anos, porém eram poucas as pessoas que conseguiam atingir essa idade, devido aos castigos e trabalhos forçados. A lei favorecia aos senhores que ficavam isentos de cuidar de idosos e doentes que não trariam mais lucro para os seus negócios. A alforria era concedida à algumas pessoas para que seus senhores não tivessem mais a obrigação de sustentá-los. (CHIAVENATO, 1999, p. 113)

A lei aprovada em 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, libertava os escravizados que atingissem os 60 anos, também propunha indenização para os proprietários e determinava que os escravizados teriam que trabalhar mais 3 anos para os proprietários como forma de compensação, então novamente os senhores fazendeiros foram beneficiados no processo de abolição no Brasil.

Durante o período escravista no Brasil sempre houve resistência, os quilombos eram a principal forma de resistir e poder viver a sua cultura livremente, o primeiro quilombo surgiu em 1575. O que mais resistiu foi o quilombo dos Palmares que durou mais tempo e teve população de 20 mil negros e negras, porém na época da abolição da escravidão existiam cerca de 736 mil negros escravizados (5,6% da população brasileira), já não havia uma massa populacional para lutar por liberdade, o fim da escravidão era um projeto político e deixou a população de fora desse processo.

A tranquilidade da aprovação da lei reflete a sua desimportância para libertar os escravos: apenas legalizou uma situação fato. Mas, se não mudou a estrutura social, a abolição abalou o equilíbrio político. As classes dominantes adaptaram-se aos novos tempos e a composição com a monarquia passou a importar pouco, pois já não havia escravidão para manter. Tratava-se de preservar o poder econômico, que, aos poucos, desenvolveu às mesmas oligarquias sua influência no governo. O Império caiu. (CHIAVENATO, 1999, p. 116)

A partir da década de 1870 aconteceram algumas mudanças culturais na sociedade brasileira, questões sociais e políticas começam a ser questionadas, assim como a monarquia, devido ao movimento republicano. Autores e escritores

começaram a publicar críticas à escravidão, a discriminação e ao preconceito em jornais e revistas. Foi um momento em que o debate sobre a escravidão avança com a intensificação das revoltas dos escravizados, organização do movimento abolicionista e a opinião pública que começa a considerar a escravidão desumana.

O movimento abolicionista atuava de acordo com a conjuntura política, em confronto com escravistas, em alianças com políticos abolicionistas, ocupando o espaço público, tanto a rua, a imprensa, como a participação em eleições. Também se articulava a mobilizações de escravos, principalmente a partir da década de 1880, em ações de enfrentamento com proprietários e com autoridades policiais. (DOLHNIKOFF, 2017, p. 117)

A organização da população negra em movimentos sociais contribuiu muito para pressionar o governo brasileiro a aprovar mais leis a favor da abolição, mesmo com a pressão da elite a manutenção da escravidão estava se tornando insustentável. Os movimentos abolicionistas não concordavam com a indenização que a lei previa para os proprietários, exigiam abolição imediata e medidas que garantissem a inserção da população negra na vida social e econômica do país.

Ao mesmo tempo, as ações de escravos em defesa de sua liberdade mudavam de conteúdo. Cientes de que a legitimidade da escravidão estava em debate, reivindicavam a abolição em revoltas organizadas, fugas, criação de novos quilombos. O volume crescente dessas ações, o aumento significativo de fugas e revoltas colocavam em xeque os mecanismos vigentes de controle social. A dificuldade dos senhores em reprimir de forma eficaz seus escravos gerava medo e foi decisiva para que muitos deles se convencessem da impossibilidade de permanência da escravidão. (DOLHNIKOFF, 2017, p. 123).

A escravidão foi abolida, mas a estrutura social continuou da mesma maneira, os negros, agora livres, continuavam na sociedade brasileira, marginalizados e sem direitos, a escravidão acabou, mas o negro não. Em 1888 a abolição ocorreu porque já não existia como sustentar a escravidão, mas não previa nenhuma medida para integrar a população negra na sociedade brasileira e nem na economia, já que os empregados assalariados se recusavam a trabalhar com ex-escravizados. A lei também não garantiu a distribuição de terras e nem acesso à educação, pois a sociedade do século XIX via a aglomeração de ex-escravizados com maus olhos pela elite e pelo governo.

1.5 MULHERES PROTAGONISTAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

O protagonismo e liderança de Maria Firmina foram alguns dos motivos da escolha e, a sua biografia fará parte do material didático apresentado no capítulo 3. Ela viveu em um contexto de escravidão, preconceito e machismos, da sociedade patriarcal que está na base na sociedade brasileira, do século XIX, momento de lutas abolicionistas e momentos que negras e negros precisavam lutar para conquistar direitos básicos.

No período de 1850 até o fim do Império, em 1889, as mulheres não possuíam muitos direitos, ainda mais mulheres negras escravizadas ou não. As mulheres que viveram nesse período e suas biografias analisadas nesse trabalho, foram mulheres fortes, que lutaram pelo fim da escravidão e entendiam a importância de suas ações para a comunidade negra de todo o Brasil, Maria Firmina, era uma dessas mulheres.

Maria Firmina dos Reis foi uma mulher negra que entendia a sua condição que conseguiu lutar contra um sistema opressor, contribuiu para o fim do sistema escravagista, denunciando as condições da escravidão.

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luiz do Maranhão (1822- 1917), filha de mãe branca e pai negro, escreveu seu primeiro romance em 1860, Úrsula, é considerada a precursora de um gênero literário no Brasil e deu recursos para outros romances abolicionistas. Foi a primeira mulher negra a passar em um concurso público no Maranhão, era professora do primário, sustentava-se sozinha em uma época em que isso era inaceitável. Abriu uma escola para meninas e meninos que foi fechada três anos depois, pelo escândalo social que a escola causou.

1.5.1 Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina nasceu em onze de março de 1822, em São Luiz no Maranhão, filha de mãe branca e pai negro, mas seus registros não traziam o nome do verdadeiro pai, fato que foi descoberto depois de estudos e comparação do registro de nascimento e de óbito da escritora. Existe uma lacuna sobre a vida de Maria Firmina dos Reis, pois a maioria das informações que encontramos são sobre seus trabalhos e obras, não sobre a sua vida pessoal.

A família possuía uma vida confortável economicamente, principalmente a tia que a criou em liberdade. Foi em 1830, ainda pequena que a autora teve os primeiros contatos com a literatura. Maria Firmina dos Reis foi autodidata, feminista e abolicionista, aos vinte e dois anos foi nomeada professora na cidade de Guimarães,

e já mostrava suas ideias de luta por liberdade para a população negra, mostrando a consciência de pertencimento a um grupo social e a importância de uma luta coletiva.

Em 1847 se tornou professora, nunca se casou, foi a primeira mulher negra a ser aprovada em um concurso público no Maranhão para o cargo de professora, dirigia uma escola mista que ela mantinha com dinheiro próprio e se sustentava sozinha, era uma mulher negra que afrontava a sociedade escravagista, que não via com bons olhos uma mulher independente, ainda mais uma mulher negra.

Aos 22 anos, Maria Firmina apresentou-se para o concurso à vaga da cadeira de primeiras letras na cidade de Guimarães. Segundo a tradição oral, recuperada por Nascimento Moraes Filho, quando a jovem professora foi buscar o documento referente à nomeação, seus familiares queriam que ela fosse de palanquim. Recusou-se, afirmando que 'negro não era animal para andar montado nele'. Isto em 1847! (MOTT, 1991, p. 61).

Mesmo com todas as limitações e submissões que a sociedade impunha às mulheres no século XIX, Firmina conseguiu estudar e usou a educação para apoiar ideias abolicionistas, valorizara cultura negra, a educação e emancipação das mulheres. A formação intelectual de Maria Firmina apresenta uma mulher negra que lutou e apoiou a causa antiescravista e feminista, conseguia perceber os problemas sociais causados na vida dessas pessoas, principalmente das mulheres negras.

Os jornais femininos, onde Maria Firmina trabalhou questionavam a submissão às quais as mulheres negras eram obrigadas a vivenciar. Maria Firmina dos Reis escrevia poemas, crônicas e outros textos em jornais do Maranhão, tais como: *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *O Federalista* e outros. Além de autora, a intelectual era folclorista, pesquisadora, educadora, abolicionista e é compositora do hino à liberdade dos escravos. (MUZART, 2000, p. 254). Esse é o texto do hino escrito por ela, provavelmente em 1888, após a assinatura da Lei Áurea:

HINO À LIBERDADE DOS ESCRAVOS

Salve Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!
Salve! Salve o Sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão! (REIS)

Nos jornais que trabalhou publicou muitas obras dedicando um olhar de valorização da população negra, principalmente das mulheres negras. Uma das bandeiras apoiadas pela autora era a educação, sempre utilizou os jornais para defender a importância da educação para a emancipação e profissionalização das mulheres.

Pouco a pouco outras questões foram sendo abordadas nestes jornais; críticas ao casamento por interesse, rejeição ao papel de 'escrava' e de 'propriedade do homem', defesa do divórcio e do sufrágio feminino, etc. os jornais femininos também se manifestaram sobre questões do momento, tomando inclusive posição, como a defesa da abolição da escravatura. (MOTT, 1991, p. 62-63).

Foi através de seus romances que Maria Firmina conseguiu expor sua opinião contra a escravidão, *Úrsula* (1860), *Gupeva* (1861), *A escrava* (1887) e *Cantos à beira-mar* (1871), obras que mostram a cultura e a vida de pessoas negras e indígenas. A importância de suas obras está na forma que as personagens são retratadas, de seu próprio ponto de vista, como narradores da história, pois quando eram retratados os escravizados aparecem em textos escritos por homens brancos. Maria Firmina dos Reis escreve em uma perspectiva feminina e na visão das pessoas escravizadas. A autora inaugura a produção literária abolicionista no Brasil, sabendo que sua obra causaria impacto em uma sociedade patriarcal e excludente.

O romance *Úrsula* (1860), foi o primeiro livro a se posicionar contra a escravidão e principalmente, falava sob a perspectiva dos escravizados, levando humanização para a população negra escravizada. O livro mostra a comunidade negra a partir da perspectiva das negras e negros que eram escravizados, os personagens principais fazem parte do romance, mas são os personagens secundários que mostram a importância desse romance.

Os personagens são divididos entre bons e maus. O homem autoritário, violento, vingativo, que maltrata e oprime a mulher é o mesmo que deixa maltrapilhos e famintos os escravos, que separa a mãe escrava do seu filho, que lhes faz trabalhar sem descanso e que infringe aos míseros cativos os mais horríveis castigos.

Tancredo e Ursula são por sua vez filhos extremos, sinceros no amor, honestos, justos, virtuosos, humanitários no trato dos escravos. Tancredo revolta-se mesmo contra a escravidão: 'o homem desdenhou a generosidade do negro e cuspiu sobre a pobreza dos seus sentimentos! (...) espera porque Deus não desdenhou aquele que ama o próximo'. Reconhecendo a alma nobre do escravo que lhe salvou a vida, o bacharel resgata-o do cativo, pela compra.

Os escravos pertencem a esse segundo grupo. A escravidão não corrompeu a dignidade de Túlio, de Suzana e nem mesmo de Antero, escravo vilão, cujo único defeito era o amor pelo álcool. São fiéis, humildes, generosos,

submissos, resignados, tímidos, bondosos, gratos. Têm, mesmo amor aos seus proprietários quando estes são generosos. Quando libertos, continuam-lhes fiéis. (MOTT, 1991, p.66).

A “preta Suzana”, por exemplo, era uma personagem idosa do romance *Úrsula*, que contava como era sua vida na África, sua família, seus amigos e seu cotidiano, contava como foi capturada e como foi a difícil travessia para o Brasil no navio negreiro.

Nesse trecho do livro *Úrsula*, Maria Firmina descreve a vida de Suzana como uma lembrança da África e da liberdade que ainda possuía, até que os “bárbaros” à tiraram dela.

Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p. 70-71)

Maria Firmina descreve como Susana foi capturada na África juntamente com outras pessoas, e como eles foram trazidos para o Brasil, nos porões dos navios. Isso mostra que Maria Firmina era uma mulher consciente das atrocidades da escravidão, sabia como era a realidade de pessoas que foram capturadas e arrancadas de seu lar para serem escravizadas, tratadas como mercadorias, mostra a preocupação dela em humanizar as negras e os negros que eram escravizados, apresentando um passado e o sofrimento de ser separado de tudo isso e tratando o homem branco como “os bárbaros” que riam do sofrimento das pessoas capturadas.

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davamos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p. 71).

O personagem Túlio era escravizado e representava a vontade e o desejo da liberdade através da alforria, com ele existe a humanização da condição do escravizado. Podemos perceber que Maria Firmina expressa a urgência da abolição da escravidão.

Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes. Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África; e, como se fora a sombra do seu jovem protetor, estava disposto a segui-lo por toda a parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites. A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a – era feliz! (REIS, 2018, p. 29).

O personagem Pai Antero é um alcoólatra, mas representava a religiosidade africana, pois ele contava que lá bebia um vinho de uma palmeira em um ritual festivo, que lá era feliz e aqui no Brasil ele bebia para escapar da tristeza da escravidão.

No meu tempo bebia muitas vezes; embriagava-me, e ninguém me lançava isso em rosto; porque para sustentar meu vício não me faltavam meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei. Entendes?

— Perfeitamente, – retorquiu Túlio, fingindo sorrir-se.

— Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira. (REIS, 2018, p.122).

Percebemos a crítica à escravidão e ao patriarcado, o romance *Úrsula* de 1859, dá voz a personagens que dificilmente seriam ouvidos não fosse o romance antiescravista e abolicionista de Maria Firmina dos Reis. Critica a condição das mulheres ao descrever a violência de um homem contra uma mulher.

Mas, no momento mesmo em que este pensamento, que acode a todo homem em idênticas circunstâncias, se me despertava, um homem apareceu no extremo oposto do caminho.

Era ele de cor parda, de estatura elevada, largas espáduas, cabelos negros, e anelados.

Fisionomia sinistra era a desse homem, que brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho.

— Inferno! Maldição! – bradaria ele com voz rouca. — Onde estará ela? – e perscrutava com a vista por entre os arvoredos desiguais que desfilavam à margem da estrada. (REIS, 2018, p.164)

Em 1887 Maria Firmina dos Reis publicou uma obra ainda mais crítica e explícita contra a escravidão, intitulado *A Escrava*, que conta a história de uma mulher branca que tenta salvar uma escravizada do “mal” do sistema escravagista, um texto abolicionista, onde, Maria Firmina do Reis expõem a crueldade da escravidão e a urgência do seu fim, por ser um sistema mal e ultrapassado.

— Admira-me, – disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; – faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! [...] Não vedes o abutre que a corrói constantemente! Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2018, p.164)

Mulher negra que possuía um pensamento feminista, pois queria igualdade de acesso ao ensino entre meninos e meninas, lançou um gênero literários sem precedentes, que influenciou romances abolicionistas escritos anos depois de sua morte e é considerada a primeira romancista negra brasileira. Hoje é a única mulher dentre os bustos da Praça do *Pantheon* em São Luiz, onde importantes escritores são homenageados.

Figura 1 - Busto de Maria Firmina dos Reis



Fonte: Praça do Pantheon, em São Luís (MA)

Ela morreu aos 95 anos, pobre e sem reconhecimento, na casa de uma amiga ex-escravizada e mãe de um de seus filhos de criação.

CAPÍTULO 3

O MATERIAL DIDÁTICO: HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

Apresentação ao leitor(a):

A proposta do material didático é incluir o estudo da História de mulheres negras na História do Brasil, visto que raramente são objetos de estudo. O objetivo é sugerir alguns nomes de mulheres negras protagonistas e algumas atividades para que os estudantes tenham a dimensão da importância das ações dessas mulheres em um momento histórico totalmente desfavorável para as questões sociais da população negra.

A biografia analisada nesse material é de Maria Firmina dos Reis, que viveu no século XIX, contexto das lutas pela abolição da escravidão, participou de movimentos abolicionistas, denunciou situações precárias da vida de pessoas escravizadas, principalmente das mulheres, lutou por igualdade de direitos ao criar a escola mista, mostrando que ela considerava importante a escolarização para as meninas também.

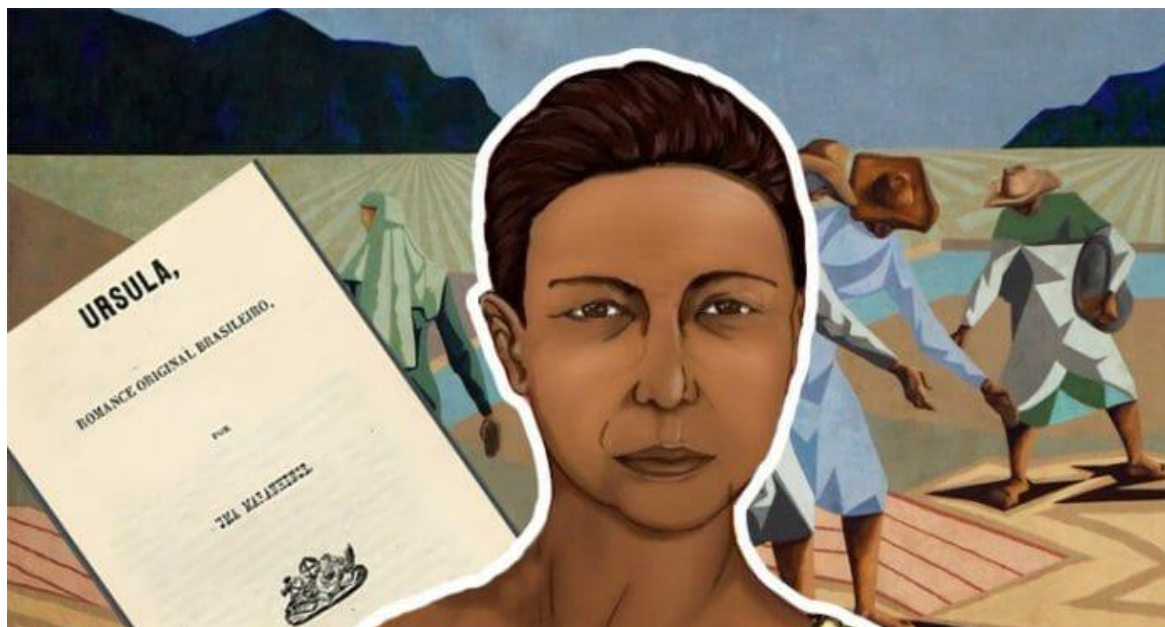
As mulheres negras precisavam ser pioneiras e ocupar lugares na sociedade, não apenas os lugares que eram designados por pessoas brancas. O material traz a biografia de duas mulheres, mas teremos outras sugestões de nomes de mulheres negras que protagonizaram histórias de luta contra a escravidão, discriminações e desigualdades que sofremos dia após dia no Brasil.

Protagonistas existem em todos os tempos, mas em um período onde mulheres negras não possuíam espaço social, ser protagonista significava lutar. As mulheres negras apresentadas nesse material viveram em meados do século XIX, período que aqui no Brasil vivenciamos lutas abolicionistas lideradas por homens e mulheres negras e não negras. Portanto, incluir a história de mulheres negras no ensino de História, favorece que outras mulheres negras se empoderem e tenham consciência de sua condição e da sua capacidade de ocupar lugares na sociedade, a partir da construção da identidade negra, através do estudo das biografias de Adelina, a charuteira e de Maria Firmina dos Reis.

Através do uso das biografias podemos identificar que mulheres negras conseguiram transformar sua realidade, mostrando que o protagonismo depende de nossas ações, e que a sociedade atual também pode ser transformada pela ação das nossas estudantes, principalmente das estudantes negras. Estudar a história de mulheres fortes e ousadas contribui para que nossas estudantes percebam que

mesmo diante de adversidades, elas romperam barreiras do preconceito e da discriminação lutando por liberdade e direitos.

BIOGRAFIA



MARIA FIRMINA DOS REIS

Maria Firmina nasceu em onze de março de 1822, em São Luiz no Maranhão, filha de mãe branca e pai negro, mas seus registros não traziam o nome do verdadeiro pai, fato que foi descoberto depois de estudos e comparação do registro de nascimento e de óbito da escritora. Existe uma lacuna sobre a vida de Maria Firmina dos Reis, pois a maioria das informações que encontramos são sobre seus trabalhos e obras, não sobre a sua vida pessoal.

A família possuía uma vida confortável economicamente, principalmente a tia que a criou em liberdade. Foi em 1830, ainda pequena que a autora teve os primeiros contatos com a literatura. Maria Firmina dos Reis foi autodidata, feminista e abolicionista, aos vinte e dois anos foi nomeada professora na cidade de Guimarães, e já mostrava suas ideias de luta por liberdade para a população negra, mostrando a consciência de pertencimento a um grupo social e a importância de uma luta coletiva.

Em 1847 se tornou professora, nunca se casou, foi a primeira mulher negra a ser aprovada em um concurso público no Maranhão para o cargo de professora, dirigia uma escola mista que ela mantinha com dinheiro próprio e se sustentava sozinha, era uma mulher negra que afrontava a sociedade escravagista, que não via com bons olhos uma mulher independente, ainda mais uma mulher negra.

Aos 22 anos, Maria Firmina apresentou-se para o concurso à vaga da cadeira de primeiras letras na cidade de Guimarães. Segundo a tradição oral,

recuperada por Nascimento Moraes Filho, quando a jovem professora foi buscar o documento referente à nomeação, seus familiares queriam que ela fosse de palanquim. Recusou-se, afirmando que “negro não era animal para andar montado nele”. Isto em 1847! (MOTT, 1991, p. 61).

Mesmo com todas as limitações e submissões que a sociedade impunha às mulheres no século XIX, Firmina conseguiu estudar e usou a educação para apoiar ideias abolicionistas, valorizara cultura negra, a educação e emancipação das mulheres. A formação intelectual de Maria Firmina apresenta uma mulher negra que lutou e apoiou a causa antiescravista e feminista, conseguia perceber os problemas sociais causados na vida dessas pessoas, principalmente das mulheres negras.

Os jornais femininos, onde Maria Firmina trabalhou questionavam a submissão às quais as mulheres negras eram obrigadas a vivenciar. Maria Firmina dos Reis escrevia poemas, crônicas e outros textos em jornais do Maranhão, tais como: *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *O Federalista* e outros. Além de autora, a intelectual era folclorista, pesquisadora, educadora, abolicionista e é compositora do hino à liberdade dos escravos. (MUZART, 2000, p. 254). Esse é o texto do hino escrito por ela, provavelmente em 1888, após a assinatura da Lei Áurea:

HINO À LIBERDADE DOS ESCRAVOS

Salve Pátria do Progresso!
Salve! Salve Deus a Igualdade!
Salve! Salve o Sol que raiou hoje,
Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão! (REIS)

Nos jornais que trabalhou publicou muitas obras dedicando um olhar de valorização da população negra, principalmente das mulheres negras. Uma das bandeiras apoiadas pela autora era a educação, sempre utilizou os jornais para defender a importância da educação para a emancipação e profissionalização das mulheres.

Pouco a pouco outras questões foram sendo abordadas nestes jornais; críticas ao casamento por interesse, rejeição ao papel de “escrava” e de “propriedade do homem”, defesa do divórcio e do sufrágio feminino, etc. os jornais femininos também se manifestaram sobre questões do momento, tomando inclusive posição, como a defesa da abolição da escravatura. (MOTT, 1991, p. 62,63).

Foi através de seus romances que Maria Firmina conseguiu expor sua opinião contra a escravidão, *Úrsula* (1860), *Gupeva* (1861), *A escrava* (1887) e *Cantos à beira-mar* (1871), obras que mostram a cultura e a vida de pessoas negras e indígenas. A importância de suas obras está na forma que as personagens são retratadas, de seu próprio ponto de vista, como narradores da história, pois quando eram retratados os escravizados aparecem em textos escritos por homens brancos. Maria Firmina dos Reis escreve em uma perspectiva feminina e na visão das pessoas escravizadas. A autora inaugura a produção literária abolicionista no Brasil, sabendo que sua obra causaria impacto em uma sociedade patriarcal e excludente.

O romance *Úrsula* (1860), foi o primeiro livro a se posicionar contra a escravidão e principalmente, falava sob a perspectiva dos escravizados, levando humanização para a população negra escravizada. O livro mostra a comunidade negra a partir da perspectiva das negras e negros que eram escravizados, os personagens principais fazem parte do romance, mas são os personagens secundários que mostram a importância desse romance.

Os personagens são divididos entre bons e maus. O homem autoritário, violento, vingativo, que maltrata e oprime a mulher é o mesmo que deixa maltrapilhos e famintos os escravos, que separa a mãe escrava do seu filho, que lhes faz trabalhar sem descanso e que infringe aos míseros cativos os mais horríveis castigos.

Tancredo e Ursula são por sua vez filhos extremos, sinceros no amor, honestos, justos, virtuosos, humanitários no trato dos escravos. Tancredo revolta-se mesmo contra a escravidão: “o homem desdenhou a generosidade do negro e cuspiu sobre a pobreza dos seus sentimentos! (...) espera porque Deus não desdenhou aquele que ama o próximo”. Reconhecendo a alma nobre do escravo que lhe salvou a vida, o bacharel resgata-o do cativeiro, pela compra.

Os escravos pertencem a esse segundo grupo. A escravidão não corrompeu a dignidade de Túlio, de Suzana e nem mesmo de Antero, escravo vilão, cujo único defeito era o amor pelo álcool. São fiéis, humildes, generosos, submissos, resignados, tímidos, bondosos, gratos. Têm, mesmo amor aos seus proprietários quando estes são generosos. Quando libertos, continuam-lhes fiéis. (MOTT, 1991, p.66).

A “preta Suzana”, por exemplo, era uma personagem idosa do romance *Úrsula*, que contava como era sua vida na África, sua família, seus amigos e seu cotidiano, contava como foi capturada e como foi a difícil travessia para o Brasil no navio negreiro.

Nesse trecho do livro *Úrsula*, Maria Firmina descreve a vida de Suzana como uma lembrança da África e da liberdade que ainda possuía, até que os “bárbaros” a tiraram dela.

Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p. 70 e 71)

Maria Firmina descreve como Susana foi capturada na África juntamente com outras pessoas, e como eles foram trazidos para o Brasil, nos porões dos navios. Isso mostra que Maria Firmina era uma mulher consciente das atrocidades da escravidão, sabia como era a realidade de pessoas que foram capturadas e arrancadas de seu lar para serem escravizadas, tratadas como mercadorias, mostra a preocupação dela em humanizar as negras e os negros que eram escravizados, apresentando um passado e o sofrimento de ser separado de tudo isso e tratando o homem branco como “os bárbaros” que riam do sofrimento das pessoas capturadas.

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davamos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p. 71).

O personagem Túlio era escravizado e representava a vontade e o desejo da liberdade através da alforria, com ele existe a humanização da condição do escravizado. Podemos perceber que Maria Firmina expressa a urgência da abolição da escravidão.

Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes. Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África; e, como se fora a sombra do seu jovem protetor, estava disposto a segui-lo por toda a parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites. A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a – era feliz! (REIS, 2018, p. 29).

O personagem Pai Antero é um alcoólatra, mas representava a religiosidade africana, pois ele contava que lá bebia um vinho de uma palmeira em um ritual festivo, que lá era feliz e aqui no Brasil ele bebia para escapar da tristeza da escravidão.

No meu tempo bebia muitas vezes; embriagava-me, e ninguém me lançava isso em rosto; porque para sustentar meu vício não me faltavam meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei. Entendes?

— Perfeitamente, – retorquiu Túlio, fingindo sorrir-se.

— Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira. (REIS, 2018, p.122).

Percebemos a crítica à escravidão e ao patriarcado, o romance Úrsula de 1859, dá voz a personagens que dificilmente seriam ouvidos não fosse o romance antiescravista e abolicionista de Maria Firmina dos Reis. Critica a condição das mulheres ao descrever a violência de um homem contra uma mulher.

Mas, no momento mesmo em que este pensamento, que acode a todo homem em idênticas circunstâncias, se me despertava, um homem apareceu no extremo oposto do caminho.

Era ele de cor parda, de estatura elevada, largas espáduas, cabelos negros, e anelados.

Fisionomia sinistra era a desse homem, que brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho.

— Inferno! Maldição! – bradaria ele com voz rouca. — Onde estará ela? – e perscrutava com a vista por entre os arvoredos desiguais que desfilavam à margem da estrada. (REIS, 2018, p.164)

Em 1887 Maria Firmina dos Reis publicou uma obra ainda mais crítica e explícita contra a escravidão, intitulado A Escrava, que conta a história de uma mulher branca que tenta salvar uma escravizada do “mal” do sistema escravagista, um texto abolicionista, onde, Maria Firmina do Reis expõem a crueldade da escravidão e a urgência do seu fim, por ser um sistema mal e ultrapassado.

— Admira-me, – disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; – faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove!

A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! [...] Não vedes o abutre que a corrói constantemente! Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2018, p.164)

Mulher negra que possuía um pensamento feminista, pois queria igualdade de acesso ao ensino entre meninos e meninas, lançou um gênero literários sem precedentes, que influenciou romances abolicionistas escritos anos depois de sua morte e é considerada a primeira romancista negra brasileira. Hoje é a única mulher dentre os bustos da Praça do *Pantheon* em São Luiz, onde importantes escritores são homenageados.

Figura 2 - Busto de Maria Firmina dos Reis



Fonte: Praça do Pantheon, em São Luís (MA)

Ela morreu aos 95 anos, pobre e sem reconhecimento, na casa de uma amiga ex-escravizada e mãe de um de seus filhos de criação.

Propostas de atividades

Atividade 1.

A única escolha das mulheres negras era ser pioneira, pois não podiam mudar a cor da sua pele, e queriam ocupar lugares que não eram destinados a elas. Durante muitos anos as mulheres negras só podiam ocupar lugares que outras pessoas determinavam a elas. Por isso Maria Firmina dos Reis foi importante na luta contra a

escravidão e na conquista de espaços. Mesmo escrevendo com um pseudônimo escreveu sob a perspectiva da população negra.

-Refleta sobre a importância de ser a primeira mulher negra a publicar um livro contra a escravidão no século XIX.

Atividade 2.

ZUMBI

*Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há
Uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados em carros de boi
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal*

*Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão
branco
Sendo colhidos por mãos negras
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega é Zumbi
É quem manda
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver*

Composição: Jorge Ben Jor.

A Música “Zumbi” lista lugares de onde foram trazidos negros e negras da África e conta como foi a travessia e o trabalho árduo nas lavouras de cana de açúcar, café e algodão.

-Como Maria Firmina dos Reis retrata esse processo de captura e travessia em seu romance Úrsula?

-Como Susana se sente nessa narrativa? Como expor a visão da vítima contribui para a humanização das mulheres negras escravizadas?

Atividade 3.

Leia o texto sobre Marielle Franco

“Marielle Franco, feminista negra, cidadã ativa e politizada, lutou para conquistar direitos para a cidade do Rio de Janeiro, lutou em defesa dos direitos

humanos nas favelas, população pobre, comunidade negra e LGBTQI+. Cursou Ciências Sociais na PUC (Pontifícia Universidade Católica), fez mestrado em Administração pública na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No dia 14 de março de 2018, Marielle voltava de um evento em que estava palestrando sobre negritude, representatividade e feminismo e foi assassinada com o motorista Anderson Pedro Gomes, a tiros de armas do exército. Apenas os atiradores foram presos e até agora o caso do assassinato não foi solucionado, porque ainda não forma identificados os mandantes do crime. ”

Figura 3 - Marielle Franco



-Após ler o texto sobre Marielle Franco, produza um texto mostrando a relação do ativismo dela para conquistar espaços para a população negra e a obra Úrsula que denunciava a escravidão e a condição da escravidão.

-Qual é a importância de ativistas como Maria Firmina dos Reis e Marielle Franco para as conquistas das mulheres negras?

Atividade 4.

Leia os textos abaixo com atenção.

Texto 1

“O bojo dos navios da danação e da morte era o ventre da besta mercantilista: uma máquina de moer carne humana, funcionando incessantemente para alimentar as plantações e os engenhos, as minas e as mesas, a casa e a cama dos senhores – e, mais do que tudo, os cofres dos traficantes de homens.” (BUENO, 2013, p. 112).

Texto 2

“Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!”

(REIS, Maria Firmina dos, 1825-1917. *Úrsula e outras obras*, 2018, p. 71).

- Compare a forma que os autores descrevem a travessia do Atlântico, sendo o primeiro texto escrito por um historiador e o segundo relato de alguém próximo aos escravizados. Podemos observar humanidade e empatia nos dois textos? Qual deles você acredita que passa mais emoção ao leitor? Justifique:

Atividade 5.

Leia o texto sobre Laudelina de Campos Melo

“A militância de Laudelina Campos Melo, se intensificou após a sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro em 1936, mesmo ano que criou a Associação das Trabalhadoras Domésticas e atuou na Frente Negra Brasileira associação que chegou a ter mais de 30 mil filiados ao longo da década de 1930. Porém com o Estado Novo, as associações foram fechadas e a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, a CLT, não trouxe benefícios para as trabalhadoras domésticas”. (GELEDES, 2017)¹¹

¹¹<https://www.geledes.org.br/laudelina-campos-de-melo-heroina-negra-que-lutou-para-garantir-direitos-as-domesticas-no-brasil/>

Figura 4 - Laudelina de Campo Melo



Fonte: Geledés

A Proposta de emenda à constituição número 66, conhecida como a PEC das domésticas aprovada em 02 de abril de 2013, aprovou algumas conquistas para as trabalhadoras domésticas, faça uma pesquisa que mostre quais foram essas conquistas.

Pesquise sobre o aplicativo de celular Laudelina de Campos Melo e qual a contribuição dessa ferramenta para quem trabalha para ampliar os direitos das mulheres e empregadas domésticas.

Atividade 6.

Fórum de debate:

Em duplas, pesquise a biografia de outras mulheres negras protagonistas para apresentar em um fórum de debates sobre o tema.

Histórias de mulheres a serem pesquisadas:

Dandara dos Palmares, Antonieta de Barros, Enedina Alves Marques, Laudelina de Campos Melo, Adelina a charuteira e Marielle Franco.



Para saber mais:



Sites:

Revista Cult: <https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>

Fundação Cultural

Palmares: <http://www.palmares.gov.br/?p=34293#:~:text=Maria%20Firmina%20dos%20Reis%20nasceu,considerada%20a%20primeira%20romancista%20brasileira.&text=Maria%20morre%20aos%2092%20anos,11%20de%20novembro%20de%201917.>

Brasil Escola - <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/maria-firmina-dos-reis.htm>

Geledés- <https://www.geledes.org.br/>



Filme:

Estrelas além do tempo (2016).

O filme conta a história real de três mulheres negras que trabalhavam na Nasa na década de 1960. O filme retrata a segregação, racismo e a luta dessas mulheres por respeito e espaço na sociedade.

Produção: Theodore Melfi, Pharrell Williams, Donna Gigliotti, Jenno Topping, Peter Chernin, Peter Czernin.

Direção: Theodore Melfi



Documentário:

Falas negras (2020)

Um documentário produzido pela Globo Play para o Dia da Consciência Negra, que retrata a luta por igualdade e contra a discriminação e racismo. O documentário mostra vários personagens negros que foram importantes na luta contra a abolição e a favor de várias conquistas para a população negra no Brasil.




Livros:

Úrsula, Maria Firmina dos Reis, (1860)

A obra denuncia as atrocidades da escravidão sob o olhar da população negra.

Quem tem medo do Feminismo negro, de Djamila Ribeiro (2019)

A autora é uma feminista negra brasileira que luta contra o racismo e discriminação.

 Músicas

Zumbi, de Jorge Bem Jor (1974).

Todo camburão tem um pouco de navio negreiro. O Rappa, composição:
Marcelo Yuka, 1994.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a inserção da população negra em nossa sociedade é papel de todas e todos, pois ainda vivemos o racismo, a discriminação e a desvalorização na pele, para tentar minimizar essa desvalorização é importante mostrar o protagonismo dessa população, desfazer mitos sobre a inferioridade das negras e negros, tirar rótulos como escrava e escravo. Para isso a escola deve ser o ponto de partida dessa reflexão.

O ensino de História deve colaborar para a construção do pensamento crítico e a superação de preconceitos, porém, não se respeita o que não se conhece, portanto, a função da História é dar visibilidade à população negra para que o racismo seja superado.

A população negra sofre discriminações terríveis, porém, mulheres negras sofrem discriminações maiores ainda por serem mulheres e por serem negras, por isso precisamos discutir sobre a situação das mulheres negras em nossa sociedade e na História do Brasil, portanto essa pesquisa tem relevância para a Historiografia e para o ensino escolar da História.

Esse trabalho pretende contribuir para que as mulheres negras se sintam representadas e que possam sentir orgulho e se tornem multiplicadoras da luta do feminismo negro e da valorização da cultura e da identidade negras. As mudanças na Historiografia que surgiram de debates científicos e, em grande parte, dos debates e das lutas políticas e por direitos dos movimentos sociais, possibilitaram a introdução de temas antes inferiorizados, como a História das Mulheres, podemos pesquisar vários temas em vários documentos que antes não eram considerados fontes históricas.

Para isso o objetivo era sistematizar informações sobre Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra que participou ativamente da luta abolicionista, lutou pela educação das mulheres e pela emancipação feminina. Mostrando feitos de uma mulher negra em um período em que mulheres negras não podiam participar de decisões políticas e nem possuíam espaço social, é importante para a representatividade negra, incentivando essas meninas negras nos bancos escolares a serem protagonistas de suas vidas e da História, para que tenham condições para modificar as suas realidades imersas em preconceitos e violências.

A História de Maria Firmina dos Reis estava adormecida até que o livro *Úrsula* foi encontrado pelo historiador Horácio de Almeida, desde então o nome da autora passou a ganhar espaço na literatura brasileira, porém poucas informações são encontradas sobre a sua vida pessoal. Foi difícil encontrar informações sobre a vida dela, mas percebemos as ações feministas nas publicações nos jornais em que trabalhou. Por outro lado, foi gratificante conhecer a história dessa mulher forte que mesmo diante das diversidades da sociedade que vivia conseguiu lutar contra o sistema patriarcal e escravocrata. Para que outras mulheres negras possam se sentir inspiradas como eu, que a história de Maria Firmina está presente nesse trabalho.

Espero que possa contribuir para que as escolas consigam abordar questões da cultura negra de forma positiva, mostrando as conquistas e realizações da população negra e não reafirmar a escravidão e sofrimento de nossos ancestrais. A escola precisa acabar com o mito da democracia racial presente no Brasil e acabar com a invisibilidade das negras e negros no ensino da História do Brasil.

Assuntos como racismo, sexismo, violências e outros abusos contra mulheres e homens negros devem sempre estar em pauta, pois ainda temos muitas pessoas negras sofrendo com essas violências, mortes arbitrárias por armas de policiais, maior parte da população carcerária é negra, menores oportunidades de estudar, e de possuir um emprego digno, os salários dos negros são em média 30% menores que de brancos com o mesmo cargo, mulheres negras são 64% das vítimas de violência doméstica e feminicídios, portanto é essencial discutir esses temas para que a sociedade tenha mais informações sobre igualdade de direitos e de oportunidades para a população negra.

Outra questão importante, presente nesse trabalho, foi o empoderamento das mulheres negras, se as meninas negras conhecem a história de mulheres negras do passado, podem se reconhecer e se empoderar para conquistar o espaço que ela deseja na sociedade e com consciência de que podem lutar contra preconceitos.

Para a produção da dissertação procurei trazer autoras negras para mostrar a visão de pessoas com propriedade no assunto, foi um crescimento intelectual, mais um crescimento muito maior enquanto mulher negra, feminista e antirracista, enquanto professora para que eu possa continuar estudando biografias de outras mulheres negras protagonistas da História do Brasil, para contribuir para as alunas negras que estão nas escolas que eu trabalho consigam se reconhecer enquanto negras e não “achem ruim”, como eu já ouvi de uma aluna em sala de aula.

O ensino de História deve promover a inclusão de todas e todos os sujeitos, para tanto, as fontes visitadas pelo pesquisador devem contribuir para que os educandos possam ter condições de se reconhecer enquanto parte da História, com possibilidades de transformar a sua realidade e de seus iguais. Portanto, o ensino deve ser democrático, trazendo fontes de biografias o leque de possibilidades se abre e conseguimos estudar contextos históricos e a vida dessas pessoas dentro do contexto, chamando atenção dos nossos alunos e alunas para o ensino de História, que se torna mais atrativo quando trabalhamos com fontes diferenciadas, como é o caso das biografias. A biografia de Maria Firmina dos Reis nos permite trabalhar o contexto abolicionista, a luta e a resistência de negras e negros escravizados e as lutas por emancipação dessa população.

O Currículo escolar deve enfatizar a pluralidade e a diversidade, expondo desigualdades causadas pela hierarquização social marcada pela cor da pele, por isso os conteúdos devem contribuir para a formação crítica dos jovens, para que consigam entender a sua condição de negros no Brasil e que possam se posicionar e modificar a situação do racismo em nossa sociedade.

Espero que eu e meus colegas historiadores, professores pesquisadores, possamos trabalhar com autonomia, com o apoio das equipes diretiva e pedagógica de nossas escolas, sem pressões e cobranças que não facilitam em nada o trabalho em sala de aula, que possamos alcançar um ensino de História que supere o senso comum e que consiga minimizar os preconceitos, e ao desfazer mitos, construir uma sociedade cada vez mais igual e fraterna.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha **"Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos": conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)** Tempo, vol. 8, núm. 16, 2004, pp. 1-31 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.
- AMORIM, Marina Alves. **A guerra dos sexos na historiografia.** Combates pela História. Cadernos Pagu (20), p. 217-244. 2003.
- ANDRADE, Michely Peres de. **Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro.** Interritórios: Revista de educação Universidade Estadual de Pernambuco, Caruaru. Brasil, v. 4, n. 06, 2018.
- ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis.** São Paulo: pólem, 2017.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – a experiência vivida;** tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. CARONE, Iray. (Organizadoras). Branqueamento e branquitude no Brasil In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil /** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).
- BITTENCOURT, Circe Maria. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910).** São Paulo: Educação e pesquisa, 2004.
- BOULOS, Alfredo Junior, **História cidadania & sociedade**, 1ª, 2ª e 3ª séries, 2ª ed- São Paulo: FTD, 2016. Coleção História, sociedade & cidadania.
- BRASIL. Lei Áurea, Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil.**
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm. Acesso em: 23 de mai. de 2021
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, 1998.
- BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: a incrível saga de um país.** São Paulo: Ática, 2003.
- BURKE. Peter (ORG). **A escrita da História: novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Revista Estudos avançados 17, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **“Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”.** Disponível em:

<https://vulvarevolucao.com/2014/11/20/enegrecer-o-feminismo-asituacao-damulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-degenero/>. Acesso em 23 de mai. de 2021.

COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de Gênero**. 2ª edição, Grande Dourados. Editora UFGD, 2019.

COSTA, Jicelia. **Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense do século XIX, fez ecoar a voz dos escravos**. Revista Tribuna Aberta. 10 de outubro de 2015. Disponível em:
http://www.esquerdadiario.com.br/Maria-Firmina-dos-Reis-escritora-maranhense-do-seculo-XIX-fez-ecoar-a-voz-dos-escravos?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter
 Acesso em 23 de mai. de 2021.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiane. 1ª ed- São Paulo: Boitemopo, 2016.

D'ANGELO, Helô. **Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira**. 2017. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/quem-foi-maria-firmina-dos-reis-considerada-primeira-romancista-brasileira/>
 Acesso em 30 de abr. de 2020.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia M. Leal. **Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro. Das Sufragistas ao Ciberfeminismo**. In: Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Copyright 2007 by Revista Estudos Feministas. * Publicado em Constellations, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., v. 12, n. 3, 2005. p. 295-307. Traduzido e publicado com a autorização da autora.

GALVÃO, Jerônimo Adelino Pereira Cisneiros. **BIOGRAFIAS E ENSINO DE HISTÓRIA: Possibilidades na construção de saberes históricos em sala de aula**. Universidade Federal de Pernambuco. XII encontro estadual de História da ANPUH-PE, 2018. Disponível em:
https://www.encontro2018.pe.anpuh.org/resources/anais/8/1535118610_ARQUIVO_ComunicacaoAnpuh.pdf. Acesso em 12 de ago. de 2020.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=U3laDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=feminismo&ots=kQWXZBWxG&sig=Ani5iWBLyvO6YxXQstGUX_JBVEY#v=onepage&q&f=false. Acesso em 25 de out. de 2019.

GÊNERO, mapa da violência de. <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>
 Acesso em 25 de out. de 2019.

GERMINARI, Geyso Dongley, GILLES, Ana Maria Rufino (ORG). **Ensino de História e debates contemporâneos**. Guarapuava: Unicentro, 2017.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. EUGENIO, Jonas Camargo. **Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico metodológicas**. Revista História Hoje. V. 7. Nº 13. p. 139-159- 2018.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ. Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1982.

GOSS, Karine Pereira, PRUDENCIOA, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91 file:///C:/Users/Elaine/Downloads/13624-41985-1-PB%20(1).pdf.

HOOKS, Bell. **Mulheres Negras: moldando a teoria feminista**. Tradução Roberto Costa. Revista brasileira de ciência política, nº 16. Brasília, janeiro – abril de 2015, p. 193- 210.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio - 3ª ed. – Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2019.

KARNAL. Leandro (ORG). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2010.

LAVEZO, Juliana. **A biografia nas aulas de história: experiências em sala de aula**. XI encontro nacional perspectivas do ensino de História. Histórias, memórias e Projeto para o ensino de História no Brasil. 2020. Disponível em: https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/resources/anais/19/epoh2020/1606789630_ARQUIVO_4adb88d25cbe550bb37616601374b81f.pdf. Acesso em 13 de out. de 2021.

MAC GINITY, Eliane Goulart. **Imagem das mulheres negras nos livros didáticos de História**. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/63309/36954>. Acesso em 29 de jul. de 2020.

MONTEIRO, Maria Nascimento. MÉNDEZ, Natália Pietra. **Gênero, biografia e ensino de História**. Revista Aedos n. 11 vol. 4 - Set. 2012, p. 84 a 97. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30636/20855> Acesso em 21 de jun. de 2021.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão**. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 1991.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista brasileira de História, v. 13, nº 25/26. P. 143-162. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Afonso Soares Sobrinho. **São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade.** Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235.

PAULE, Marie, JABINET, Caire. **Introdução à Historiografia.** Tradução de Loureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PELLEGRINI, Marco César. **# Contato História.** 1ª, 2ª e 3ª séries, 1ª ed- São Paulo: Quinteto Editorial, 2016. Coleção # Contato História.

PEREIRA, Amilcar A. **“ O mundo Negro”:** a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>. Acesso em 27 de jul. de 2020.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres;** tradução Angela Correa. 2ª ed. São Paulo. Contexto, 2016.

PERROT, Michelle. **Escrever uma História das mulheres: relato de uma experiência.** Dossiê História das mulheres do Ocidente, caderno pagu (4) p. 9-28.1995.

PINSKY, Carla Bessanezi. **Estudo de gênero e história social.** Revista estudos feministas, Florianópolis, v.17, nº 1, p. 160-164, jan/abr. 2009. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009/10988>. Acesso em 24 de out. de 2019.

PINSKY, Carla Bessanezi, PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil.** 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil.** 1996.

REIS, Maria Firmina dos, 1825-1917. **Úrsula e outras obras [recurso eletrônico]** / Maria Firmina dos Reis. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler; n. 11 e-book) Conteúdo: Úrsula – Gupeva – A escrava – Cantos à beira-mar.
Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/35999/ursula_obras_reis.pdf
Acesso em 22 de set. de 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SÁ, Wellington de M. **A presença do negro no livro didático de História do Ensino Fundamental: uma primeira análise.** 2010. Disponível em: <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/WSMS2010.pdf>
Acesso em 03 de ago. de 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Biografia como gênero e problema**. História Social, n. 24, primeiro semestre de 2013.

Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/1577/1083>
Acesso em 10 de fev. de 2020.

SCHMIDT, Benito B. **Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a**.

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 21, núm. 2, 2017, pp. 44-49. Universidade Estadual de Maringá.

SHIMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2005.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo**. Revista ABPN. v.. 1, n. 1 - mar-jun de 2010.

ANEXOS A – LIVRO DIDÁTICO: BIOGRAFIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Elaine Lopes

Maria Firmina dos Reis



Maria Firmina nasceu em onze de março de 1822, em São Luiz no Maranhão, filha de mãe branca e pai negro, mas seus registros não traziam o nome do verdadeiro pai, fato que foi descoberto depois de estudos e comparação do registro de nascimento e de óbito da escritora. Existe uma lacuna sobre a vida de Maria Firmina dos Reis, pois a maioria das informações que encontramos são sobre seus trabalhos e obras, não sobre a sua vida pessoal.

A família possuía uma vida confortável economicamente, principalmente a tia que a criou em liberdade. Foi em 1830, ainda pequena que que autora teve os primeiros contatos com a literatura. Maria Firmina dos Reis foi autodidata, feminista e abolicionista, aos vinte e dois anos foi nomeada professora na cidade de Guimarães, e já mostrava suas ideias de luta por liberdade para a população negra, mostrando a consciência de pertencimento a um grupo social e a importância de uma luta coletiva.

Em 1847 se tornou professora, nunca se casou, foi a primeira mulher negra a ser aprovada em um concurso público no Maranhão para o cargo de professora, dirigia uma escola mista que ela mantinha com dinheiro próprio e se sustentava sozinha, era uma mulher negra que afrontava a sociedade escravagista, que não via com bons olhos uma mulher independente, ainda mais uma mulher negra.

Aos 22 anos, Maria Firmina apresentou-se para o concurso à vaga da cadeira de primeiras letras na cidade de Guimarães. Segundo a tradição oral, recuperada por Nascimento Moraes Filho, quando a jovem professora foi buscar o documento referente à nomeação, seus familiares queriam que ela fosse de palanquim. Recusou-se, afirmando que "negro não era animal para andar montado nele". Isto em 1847! (MOTT, 1991, p. 61).



Maria Firmina dos Reis

Foi através de seus romances que Maria Firmina conseguiu expor sua opinião contra a escravidão, *Úrsula* (1860), *Gupeva* (1861), *A escrava* (1887) e *Cantos à beira-mar* (1871), obras que mostram a cultura e a vida de pessoas negras e indígenas. A importância de suas obras está na forma que as personagens são retratadas, de seu próprio ponto de vista, como narradores da história, pois quando eram retratados os escravizados aparecem em textos escritos por homens brancos. Maria Firmina dos Reis escreve em uma perspectiva feminina e na visão das pessoas escravizadas. A autora inaugura a produção literária abolicionista no Brasil, sabendo que sua obra causaria impacto em uma sociedade patriarcal e excludente.

O romance *Úrsula* (1860), foi o primeiro livro a se posicionar contra a escravidão e principalmente, falava sob a perspectiva dos escravizados, levando humanização para a população negra escravizada. O livro mostra a comunidade negra a partir da perspectiva das negras e negros que eram escravizados, os personagens principais fazem parte do romance, mas são os personagens secundários que mostram a importância desse romance.

Os personagens são divididos entre bons e maus. O homem autoritário, violento, vingativo, que maltrata e oprime a mulher é o mesmo que deixa maltrapilhos e famintos os escravos, que separa a mãe escrava do seu filho, que lhes faz trabalhar sem descanso e que infringe aos míseros cativos os mais horríveis castigos.

Tancredo e Ursula são por sua vez filhos extremos, sinceros no amor, honestos, justos, virtuosos, humanitários no trato dos escravos. Tancredo revolta-se mesmo contra a escravidão: “o homem desdenhou a generosidade do negro e cuspiu sobre a pobreza dos seus sentimentos! (...) espera porque Deus não desdenhou aquele que ama o próximo”. Reconhecendo a alma nobre do escravo que lhe salvou a vida, o bacharel resgata-o do cativo, pela compra.

Os escravos pertencem a esse segundo grupo. A escravidão não corrompeu a dignidade de Túlio, de Suzana e nem mesmo de Antero, escravo vilão, cujo único defeito era o amor pelo álcool. São fiéis, humildes, generosos, submissos, resignados, tímidos, bondosos, gratos. Têm, mesmo amor aos seus proprietários quando estes são generosos. Quando libertos, continuam-lhes fiéis. (MOTT, 1991, p.66).

A “preta Suzana”, por exemplo, era uma personagem idosa do romance *Úrsula*, que contava como era sua vida na África, sua família, seus amigos e seu cotidiano, contava como foi capturada e como foi a difícil travessia para o Brasil no navio negreiro.

Nesse trecho do livro *Úrsula*, Maria Firmina descreve a vida de Suzana como uma lembrança da África e da liberdade que ainda possuía, até que os “bárbaros” a tiraram dela.



Maria Firmina dos Reis

Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2018, p. 70 e 71)

Maria Firmina descreve como Susana foi capturada na África juntamente com outras pessoas, e como eles foram trazidos para o Brasil, nos porões dos navios. Isso mostra que Maria Firmina era uma mulher consciente das atrocidades da escravidão, sabia como era a realidade de pessoas que foram capturadas e arrancadas de seu lar para serem escravizadas, tratadas como mercadorias, mostra a preocupação dela em humanizar as negras e os negros que eram escravizados, apresentando um passado e o sofrimento de ser separado de tudo isso e tratando o homem branco como “os bárbaros” que riam do sofrimento das pessoas capturadas.

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi embalde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p. 71).

O personagem Túlio era escravizado e representava a vontade e o desejo da liberdade através da alforria, com ele existe a humanização da condição do escravizado. Podemos perceber que Maria Firmina expressa a urgência da abolição da escravidão.



Maria Firmina dos Reis

Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes. Era livre como o ar, como o haviam sido seus pais, lá nesses adustos sertões da África; e, como se fora a sombra do seu jovem protetor, estava disposto a segui-lo por toda a parte. Agora Túlio daria todo o seu sangue para poupar ao mancebo uma dor sequer, o mais leve pesar; a sua gratidão não conhecia limites. A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a – era feliz! (REIS, 2018, p. 29).

O personagem Pai Antero é um alcoólatra, mas representava a religiosidade africana, pois ele contava que lá bebia um vinho de uma palmeira em um ritual festivo, que lá era feliz e aqui no Brasil ele bebia para escapar da tristeza da escravidão.

No meu tempo bebia muitas vezes; embriagava-me, e ninguém me lançava isso em rosto; porque para sustentar meu vício não me faltavam meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei. Entendes?

— Perfeitamente, – retorquiu Túlio, fingindo sorrir-se.

— Pois ouça-me, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira. (REIS, 2018, p.122).

Percebemos a crítica à escravidão e ao patriarcado, o romance *Úrsula* de 1859, dá voz a personagens que dificilmente seriam ouvidos não fosse o romance antiescravista e abolicionista de Maria Firmina dos Reis. Cri-

ta a condição das mulheres ao descrever a violência de um homem contra uma mulher.

Mas, no momento mesmo em que este pensamento, que acode a todo homem em idênticas circunstâncias, se me despertava, um homem apareceu no extremo oposto do caminho.

Era ele de cor parda, de estatura elevada, largas espaldas, cabelos negros, e anelados.

Fisionomia sinistra era a desse homem, que brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho.

— Inferno! Maldição! – bradaria ele com voz rouca. — Onde estará ela? – e perscrutava com a vista por entre os arvoredos desiguais que desfilavam à margem da estrada. (REIS, 2018, p.164)

Em 1887 Maria Firmina dos Reis publicou uma obra ainda mais crítica e explícita contra a escravidão, intitulado *A Escrava*, que conta a história de uma mulher branca que tenta salvar uma escravizada do “mal” do sistema escravagista, um texto abolicionista, onde, Maria Firmina dos Reis expõem a crueldade da escravidão e a urgência do seu fim, por ser um sistema mal e ultrapassado.

— Admira-me, – disse uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas; – faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! [...] Não vedes o abutre que a corrói constantemente! Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2018, p.164)



Maria Firmina dos Reis

Mulher negra que possuía um pensamento feminista, pois queria igualdade de acesso ao ensino entre meninos e meninas, lançou um gênero literários sem precedentes, que influenciou romances abolicionistas escritos anos depois de sua morte e é considerada a primeira romancista negra brasileira.

Hoje é a única mulher dentre os bustos da Praça do Pantheon em São Luiz, onde importantes escritores são homenageados.



Figura 1: Busto de Maria Firmina dos Reis. Praça do Pantheon, em São Luiz (MA)

Ela morreu aos 95 anos, pobre e sem reconhecimento, na casa de uma amiga escravizada e mãe de um de seus filhos de criação.

Propostas de atividades

Atividade 1

A única escolha das mulheres negras era ser pioneira, pois não podiam mudar a cor da sua pele, e queriam ocupar lugares que não eram destinados a elas. Durante muitos anos as mulheres negras só podiam ocupar lugares que outras pessoas determinavam a elas. Por isso Maria Firmina dos Reis foi importante na luta contra a escravidão e na conquista de espaços. Mesmo escrevendo com um pseudônimo escreveu sob a perspectiva da população negra.

► Reflita sobre a importância de ser a primeira mulher negra a publicar um livro contra a escravidão no século XIX.



Maria Firmina dos Reis

Propostas de atividades

Atividade 2

ZUMBI

*Angola, Congo, Benguela
 Monjolo, Cabinda, Mina
 Quiloa, Rebolo
 Aqui onde estão os homens
 Há um grande leilão
 Dizem que nele há
 Uma princesa à venda
 Que veio junto com seus súditos
 Acorrentados em carros de boi
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Angola, Congo, Benguela
 Monjolo, Cabinda, Mina
 Quiloa, Rebolo
 Aqui onde estão os homens
 Dum lado cana de açúcar
 Do outro lado o cafezal
 Ao centro senhores sentados
 Vendo a colheita do algodão branco
 Sendo colhidos por mãos negras
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Quando Zumbi chegar
 O que vai acontecer
 Zumbi é senhor das guerras
 É senhor das demandas
 Quando Zumbi chega é Zumbi
 É quem manda
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver*

A Música “Zumbi” lista lugares de onde foram trazidos negras e negros da África e conta como foi a travessia e o trabalho árduo nas lavouras de cana de açúcar, café e algodão.

► Como Maria Firmina dos Reis retrata esse processo de captura e travessia em seu romance Úrsula?

► Como Susana se sente nessa narrativa? Como expor a visão da vítima contribui para a humanização das mulheres negras escravizadas?



Maria Firmina dos Reis

Propostas de atividades

Atividade 3

Leia o texto abaixo

"Marielle Franco, feminista negra, cidadã ativa e politizada, lutou para conquistar direitos para a cidade do Rio de Janeiro, lutou em defesa dos direitos humanos nas favelas, população pobre, comunidade negra e LGBTQI+. Cursou Ciências Sociais na PUC (Pontifícia Universidade Católica), fez mestrado em Administração pública na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No dia 14 de março de 2018, Marielle voltava de um evento em que estava palestrando sobre negritude, representatividade e feminismo e foi assassinada com o motorista Anderson Pedro Gomes, a tiros de armas do exército. Apenas os atiradores foram presos e até agora o caso do assassinato não foi solucionado, porque ainda não foram identificados os mandantes do crime. "



Figura 3: Marielle Franco. Fonte: Celodás

► Após ler o texto sobre Marielle Franco, produza um texto mostrando a relação do ativismo dela para conquistar espaços para a população negra e a obra Úrsula que denunciava a escravidão e a condição da escravidão.

► Qual é a importância de ativistas como Maria Firmina dos Reis e Marielle Franco para as conquistas das mulheres negras?



Maria Firmina dos Reis

Propostas de atividades

Atividade 4

Leia os textos abaixo com atenção

Texto 1

“O bojo dos navios da danação e da morte era o ventre da besta mercantilista: uma máquina de moer carne humana, funcionando incessantemente para alimentar as plantações e os engenhos, as minas e as mesas, a casa e a cama dos senhores – e, mais do que tudo, os cofres dos traficantes de homens.” (BUENO, 2013, p. 112).

Texto 2

“Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!” (REIS, Maria Firmina dos, 1825-1917. Úrsula e outras obras, 2018, p. 71).

► Compare a forma que os autores descrevem a travessia do Atlântico, sendo o primeiro texto escrito por um historiador e o segundo relato de alguém próximo aos escravizados. Podemos observar humanidade e empatia nos dois textos? Qual deles você acredita que passa mais emoção ao leitor? Justifique:



Maria Firmina dos Reis

Propostas de atividades

Atividade 5

Leia o texto sobre Laudelina de Campos Melo

“A militância de Laudelina Campos Melo, se intensificou após a sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro em 1936, mesmo ano que criou a Associação das Trabalhadoras Domésticas e atuou na Frente Negra Brasileira associação que chegou a ter mais de 30 mil filiados ao longo da década de 1930. Porém com o Estado Novo, as associações foram fechadas e a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943, a CLT, não trouxe benefícios para as trabalhadoras domésticas”. (GELEDES, 2017)



Figura 4: Laudelina de Campos Melo. Fonte: Geledes.

► A Proposta de emenda à constituição número 66, conhecida como a PEC das domésticas aprovada em 02 de abril de 2013, aprovou algumas conquistas para as trabalhadoras domésticas, faça uma pesquisa que mostre quais foram essas conquistas.

► Pesquise sobre o aplicativo de celular Laudelina de Campos Melo e qual a contribuição dessa ferramenta para quem trabalha para ampliar os direitos das mulheres e empregadas domésticas.



Maria Firmina dos Reis

Propostas de atividades



Atividade 6

Fórum de debate:

- Em duplas, pesquise a biografia de outras mulheres negras protagonistas para apresentar em um fórum de debates sobre o tema.

Histórias de mulheres a serem pesquisadas:

- Dandara dos Palmares
- Antonieta de Barros
- Enedina Alves Marques
- Laudelina de Campos Melo
- Adelina a charuteira e Marielle Franco

Para saber mais

https://www

Revista Cult:
<https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>

Fundação Cultural Palmares:
<http://www.palmares.gov.br/?p=34293#:~:text=Maria%20Firmina%20dos%20Reis%20nasceu,considerada%20a%20primeira%20romancista%20brasileira.&text=Maria%20morre%20aos%2092%20anos,1%20de%20novembro%20de%201917.>

Brasil Escola:
<https://brasilecola.uol.com.br/literatura/ maria-firmina-dos-reis.htm>

Geledés: <https://www.geledes.org.br/>



Estrelas além do tempo (2016).
 O filme conta a história real de três mulheres negras que trabalhavam na Nasa na década de 1960. O filme retrata a segregação, racismo e a luta dessas mulheres por respeito e espaço na sociedade.
 Produção: Theodore Melfi, Pharrell Williams, Donna Gigliotti, Jenno Topping, Peter Chernin, Peter Czernin.



Maria Firmina dos Reis

 Para saber mais



 **Estrelas além do tempo (2016).**

O filme conta a história real de três mulheres negras que trabalhavam na Nasa na década de 1960. O filme retrata a segregação, racismo e a luta dessas mulheres por respeito e espaço na sociedade.

Produção: Theodore Melfi, Pharrell Williams, Donna Gigliotti, Jenno Topping, Peter Chernin, Peter Czernin.

Direção: Theodore Melfi



 **Falas negras (2020)**

Um documentário produzido pela Globo Play para o Dia da Consciência Negra, que retrata a luta por igualdade e contra a discriminação e racismo. O documentário mostra vários personagens negros que foram importantes na luta contra a abolição e a favor de várias conquistas para a população negra no Brasil.

Direção: ...

 Para saber mais



 **Estrelas além do tempo (2016).**

O filme conta a história real de três mulheres negras que trabalhavam na Nasa na década de 1960. O filme retrata a segregação, racismo e a luta dessas mulheres por respeito e espaço na sociedade.

Produção: Theodore Melfi, Pharrell Williams, Donna Gigliotti, Jenno Topping, Peter Chernin, Peter Czernin.

Direção: Theodore Melfi



 **Úrsula, Maria Firmina dos Reis, (1860)**

A obra denuncia as atrocidades da escravidão sob o olhar da população negra.

 **Quem tem medo do Feminismo negro, de Djamilia Ribeiro (2019)**

A autora é uma feminista negra brasileira que luta contra o racismo e discriminação.



Maria Firmina dos Reis

Para saber mais



- ▶ **Zumbi**, de Jorge Bem Jor (1974).
- ▶ **Todo camburão tem um pouco de navio negreiro**. O Rappa, composição: Marcelo Yuka, 1994.

Referências

ABREU, Martha. **"Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos": conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)** Tempo, vol. 8, núm. 16, 2004, pp. 1-31 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

AMORIM, Marina Alves. **A guerra dos sexos na historiografia**. Combates pela História. Cadernos Pagu (20), p. 217-244, 2003.

ANDRADE, Michely Peres de. **Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro**. Interterritórios: Revista de educação Universidade Estadual de Pernambuco, Caruaru, Brasil, v. 4, n. 06, 2018.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: pólem, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. CARONE, Iray. (Organizadoras). **Branqueamento e branquitude no Brasil In: Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).**

BITTENCOURT, Circe Maria. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. São Paulo: Educação e pesquisa, 2004.

BOULOS, Alfredo Junior. **História cidadania & sociedade**. 1ª, 2ª e 3ª séries. 2ª ed- São Paulo: FTD, 2016. Coleção História, sociedade & cidadania.

BRASIL Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: a incrível saga de um país**. São Paulo: Ática, 2003.

BURKE, Peter (ORG). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BRASIL. Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil, art. 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%20DE%2013,0%20Imperador%20o%20Senhor%20.&text=1%C2%BO%3A%20%C3%B9%20declarada%20extinta,lei%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Revista Estudos avançados 17, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **"Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero"** Disponível em: <https://vulvarevolucao.com/2014/11/20/enegrecer-o-feminismo-asituacao-damulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-degenero/>

COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de Gênero**. 2ª edição, Grande Dourados. Editora UFGD, 2019.

COSTA, Jicella. **Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense do século XIX, fez ecoar a voz dos escravos**. Revista Tribuna Aberta. 10 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/Maria-Firmina-dos-Reis-escritora-maranhense-do-seculo-XIX-fez-ecoa-a-voz-dos-escravos?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter
Acesso em 23 de maio de 2021.



Maria Firmina dos Reis

Referências

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed- São Paulo: Boitempo, 2016.

D'ANGELO, Helô. **Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira**. 2017. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/quem-foi-maria-firmina-dos-reis-considerada-primeira-romancista-brasileira/>
Acesso em 30 de abril de 2020.

FELGUEIRAS, Ana Cláudia M. Leal. **Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro. Das Sufragistas ao Ciberfeminismo**. In: Revista Digital Simonsen, Nº 6, Maio, 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Copyright 2007 by Revista Estudos Feministas. * Publicado em Constellations, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., v. 12, n. 3, 2006, p. 295-307. Traduzido e publicado com a autorização da autora.

GALVÃO, Jerônimo Adelino Pereira Cisneiros. **BIOGRAFIAS E ENSINO DE HISTÓRIA: Possibilidades na construção de saberes históricos em sala de aula**. Universidade Federal de Pernambuco. XII encontro estadual de História da ANPUH-PE. 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.pe.anpuh.org/resources/anais/8/1535118610_ARQUIVO_ComunicacaoAnpuh.pdf
Acesso em 12 de agosto de 2020.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2016. https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=U3laDvuAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=feminismo&ots=k0WXZBWx0&sig=Ani5iWBLy06YxX0st0UX_JBV_EY#v=onepage&q&f=false

GERMINARI, Geysy Dongley, GILLES, Ana Maria Rufino (ORG). **Ensino de História e debates contemporâneos**. Guarapuava: Unicentro, 2017.

BOULOS, Alfredo Junior. **História cidadania & sociedade, 1ª, 2ª e 3ª séries, 2ª ed-** São Paulo: FTD, 2016. Coleção **História, sociedade & cidadania**.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: a incrível saga de um país**. São Paulo: Ática, 2003.

BURKE. Peter (ORG). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BRASIL. Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil, art. 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/LIM3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013%20de%20maio%20de%201888&text=Pr%C2%B0%3A%20C%C3%89%20declarada%20extinta,lei%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Revista Estudos avançados 17, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **"Enegrer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero"** Disponível em: <https://vulvarevolucao.com/2014/11/20/enegrer-o-feminismo-asituacao-damulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-degenero/>

COLLING, Ana Maria. TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de Gênero**. 2ª edição, Grande Dourados. Editora UFGD, 2019.

COSTA, Jicelia. Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense do século XIX, fez ecoar a voz dos escravos. **Revista Tribuna Aberta**. 10 de outubro de 2015. Disponível em:

http://www.esquerdadiario.com.br/Maria-Firmina-dos-Reis-escritora-maranhense-do-seculo-XIX-fez-ecoar-a-voz-dos-escravos?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsletter
Acesso em 23 de maio de 2021.



Maria Firmina dos Reis



Referências

MONTEIRO, Maria Nascimento. MÉNDEZ, Natália Pietra. **Gênero, biografia e ensino de História.** Revista Aedos n. II vol. 4 - Set. 2012, p. 84 a 97. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30636/20855> Acesso em 21 de jun. de 20

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva.** Revista brasileira de História, v. 13, nº 25/26. P. 143-162. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Afonso Soares Sobrinho. **São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade.** Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235.

PAULE, Marie, JABINET, Caire. **Introdução à Historiografia.** Tradução de Loureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PELLEGRINI, Marco César. **# Contato História. 1ª, 2ª e 3ª séries.** 1ª ed- São Paulo: Quinteto Editorial, 2016. Coleção # Contato História.

PEREIRA, Amílcar A. **"O mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf> Acesso em 27 de julho de 2020.

PERRÔT, Michelle. **Minha História das mulheres;** tradução Angela Correa. 2ª ed. São Paulo. Contexto, 2016.

PERRÔT, Michelle. **Escrever uma História das mulheres: relato de uma experiência.** Dossiê História das mulheres do Ocidente, caderno pagu (4) p. 9-28,1995.

PINSKY, Carla Bessanezi. **Estudo de gênero e história social.** Revista estudos feministas, Florianópolis, v.17, nº 1, p. 160-164, jan/abr. 2009. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009/10988>. Acesso em 24 de out de 2019.

PINSKY, Carla Bessanezi, PEDRO, Joana Maria (org). **Nova História das Mulheres no Brasil.** 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RAO, Margareth. **Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil.** 1996.

REIS, Maria Firmina dos, 1825-1917. **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico] / Maria Firmina dos Reis. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. - (Série prazer de ler; n. 11 e-book) Conteúdo: Úrsula - Gupeva - A escrava - Cantos à beira-mar. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/36899/ursula_obras_reis.pdf Acesso em 22 de set de 2021.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SÁ, Wellington de M. **A presença do negro no livro didático de História do Ensino Fundamental: uma primeira análise.** 2010. Disponível em: http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/WSMS_2010.pdf Acesso em 03 de agot de 2020.

SCHWARZ, Lila Moritz. **Biografia como gênero e problema.** História Social, n. 24, primeiro semestre de 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/1677/1083> Acesso em 10 de fev de 2020.

Maria Firmina dos Reis



Referências

SCHMIDT, Benito B. **Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 21, núm. 2, 2017, pp. 44-49. Universidade Estadual de Maringá

SHIMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2005.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo**. Revista ABPN. v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010.